



ALLAN KARDEC. — Fezta una photographia de B. Leguena.

Kardec

e o

Espiritismo no Brasil

2ª Parte

L.E 833. HAVERÁ NO HOMEM ALGUMA COISA QUE ESCAPE A TODO CONSTRANGIMENTO E PELA QUAL GOZE ELE DE ABSOLUTA LIBERDADE?

“NO PENSAMENTO GOZA O HOMEM DE ILIMITADA LIBERDADE, POIS QUE NÃO HÁ COMO PÔR-LHE PEIAS. PODE-SE-LHE DETER O VÔO, PORÉM, NÃO ANIQUILÁ-LO.”

ASSOCIAÇÃO JAUENSE DE ESTUDOS ESPÍRITAS – JAÚ – SP - MAIO DE 2010.

WWW.CULTURAESPIRITAJAU.COM.BR

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

1. As primeiras casas federativas

O primeiro passo em prol da unificação do movimento espírita brasileiro foi dado em 1881, quando a Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade promoveu, no dia 6 de setembro, no Rio de Janeiro, o 1º Congresso Espírita Brasileiro, cuja finalidade era reunir os grupos espíritas existentes na capital e, se possível, no país.

Nesse Congresso foi criado o Centro da União Espírita do Brasil, a primeira instituição unificadora do movimento espírita nacional, cuja instalação oficial deu-se no dia 3 de outubro, sob a direção de Afonso Angeli Torteroli. A edição de novembro da Revista da Sociedade Acadêmica dá a relação dos grupos filiados até aquele mês.

Infelizmente, porém, o Centro da União não passou de mera tentativa. Devido à própria insipiência do movimento e da luta ideológica que, àquela época, já dividia os espíritas em místicos e científicos, a instituição acabou se desorganizando. Essa divergência foi a maior responsável pelo clima de desunião que vitimou a família espírita brasileira no Século XIX. Os místicos supervalorizavam o lado religioso da Doutrina Espírita, enquanto os científicos a entendiam como ciência, filosofia e moral. Como o Centro da União estava sob a direção do científico Angeli Torteroli, é possível que os místicos tenham boicotado o projeto.

Em 1882, a Sociedade Acadêmica, um grupo majoritariamente científico, publica a primeira edição de A Gênese em português. No prefácio, lê-se o seguinte: "... conquanto alguns condiscípulos mostrassem o desejo de que modificações fossem feitas em certos pontos deste volume, de acordo com as idéias manifestadas na obra Os Quatro Evangelhos (...), publicamos a presente tradução de A Gênese sem a mínima alteração e mesmo sem anotações (...). A Sociedade Acadêmica julga que não lhe assiste, como a ninguém, o direito de alterar o plano e, menos ainda, as bases fundamentais (...) das obras publicadas pelo nosso mestre...".

Por afinidade ideológica, a quase totalidade dos místicos gostava de Os Quatro Evangelhos de J.B. Rousstaing, enquanto a maioria dos científicos não aceitava a obra (podem ter existido raríssimas exceções de lado a lado). Como se vê, desde o Século XIX, os livros do advogado bordelense contribuíam para dificultar a unificação do movimento espírita nacional. Por causa do fracasso do Centro da União e das divisões internas do movimento, Augusto Elias da Silva, o criador do Reformador (na época, um jornal), pensa em fundar outro centro unificador. No dia 27 de dezembro de 1883, ele faz uma reunião com os 12 companheiros que o ajudavam no Reformador. Nesse encontro, eles decidem fundar uma nova instituição, que não fosse nem mística, nem científica. A fim de congregar todos os grupos existentes, ela devia ser ideologicamente neutra.

No 1º de janeiro de 1884, é fundada a Federação Espírita Brasileira, a FEB.

Seu primeiro presidente é o Marechal Ewerton Quadros. Para comprovar a neutralidade da nova sociedade, os científicos Angeli Torteroli e Joaquim Távora são convidados a se cadastrarem como sócio-fundadores. Augusto Elias transforma o Reformador no órgão oficial da FEB.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Em 1889, o Marechal Ewerton Quadros foi transferido para Goiás, ficando impossibilitado de permanecer à frente da FEB. Para seu lugar, foi eleito o famoso médico e deputado Adolfo Bezerra de Menezes, que, há cerca de três anos, havia chocado a sociedade carioca com a sua conversão ao Espiritismo. A intenção dos febianos era colocar um elemento de grande prestígio e força moral na presidência, a fim de fortalecer o processo de unificação.

Surpreendentemente, porém, assim que assume a presidência da FEB, Bezerra convoca um inesperado congresso para o 31 de março de 1889. Cerca de 34 grupos compareceram ao congresso e aceitaram sua sugestão de criar um novo centro federativo, no qual cada agremiação teria um representante. A idéia não era nova, pois o antigo Centro da União Espírita do Brasil já havia tentado colocá-la em prática. Como vimos, sem sucesso.

Por que Bezerra preferiu fundar outra sociedade federativa, ao invés de utilizar a FEB para esse trabalho? Falecem-nos meios para responder a essa pergunta. Existem divergências quanto ao nome desse novo centro. Alguns pesquisadores dizem que ele ressuscitou o Centro da União Espírita do Brasil, outros afirmam que a instituição se chamou Centro Espírita do Brasil. Como o próprio Bezerra o chamou de Centro Espírita Fraternidade, em um artigo para o jornal O Paiz, ficamos com a terceira opção.

Bezerra entregou-se de corpo e alma ao trabalho da unificação. No final de 1889, muito sobrecarregado e desejando dedicar-se ainda mais ao Centro Espírita Fraternidade, Bezerra passou a presidência da FEB ao colega médico Francisco Dias da Cruz. Animado com o projeto do C.E Fraternidade, Bezerra dividiu os centros em categorias e instalou a Escola de Médiuns. Também pretendia lançar uma revista de estudos práticos, fazer conferências públicas e realizar experimentações científicas. No entanto, o esforço de Bezerra foi inútil. Os melindres pessoais não permitiram a divisão dos centros em categorias. A Escola de Médiuns foi instalada, mas pouquíssimos alunos procuraram o curso. Por sua vez, os dirigentes não apareciam nas reuniões de diretoria. Os místicos acharam o programa do Centro muito científico e esses não prestigiaram o empreendimento. Em síntese, o movimento não apoiou a programação de Bezerra. Desapontado, Bezerra fechou a casa, abandonou o trabalho de unificação e passou a frequentar exclusivamente o Grupo Ismael, também chamado de Grupo dos Humildes ou Grupo do Sayão, principal reduto dos místicos. A união era difícil, mas necessária.

Em outubro de 1890, é promulgado o Código Penal da República, que, maldosamente, associa a prática do Espiritismo à ritual de magia e adivinhações. O texto dizia o seguinte no Artigo 157: "É crime praticar o Espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancia (...), inculcar curas de moléstias (...) e subjugar a credulidade pública. Pena: prisão celular de 1 a 6 meses e multa de 100 a 500 \$". Os espíritas reclamaram com Campos Sales, Ministro da Justiça da época, mas isso nada adiantou. O relator do Código, João Batista Pinheiro, limitou-se a dizer que o texto referia-se à prática do "baixo" Espiritismo. Como se existissem dois Espiritismos. Na verdade, os republicanos utilizaram os espíritas como bodes expiatórios para diminuir a oposição católica ao novo regime, causada pelo desatrelamento entre a Igreja e o Estado.

Como conseqüência do Código, vários companheiros foram presos em 1891, no Rio de Janeiro. Preocupado com possíveis focos de resistência ao regime, o Governo autorizou a polícia a invadir reuniões e residências à procura de opositores. Para evitar confusões, muitos centros decidiram fechar temporariamente. Na comemoração do 7º aniversário do

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Reformador, Augusto Elias da Silva afirma que a FEB é a única instituição capaz de unir os espíritas.

Em 1893, a Revolta da Armada contra o Floriano Peixoto fez com que o Governo endurecesse ainda mais o regime. Nessa época, os espíritas apresentaram novo protesto ao Congresso Nacional contra o Código Penal. O esforço foi inútil. A comissão revisora do Código não atendeu às reivindicações dos espíritas. Vitimado por dificuldades externas e internas, o Reformador deixa de circular no último trimestre daquele ano. Apenas Bezerra de Menezes se mantém firme na sua coluna semanal em O Paiz. Em 1894, com a situação política abrandada, Augusto Elias investe contra o marasmo que dominara o movimento. Junto com Fernandes Figueira e Alfredo Pereira, ele inicia uma campanha financeira para sustentar e ampliar os projetos da FEB. O Reformador volta a circular e a diretoria retoma seu programa de neutralidade entre místicos e científicos.

A proposta foi defendida no editorial intitulado "Sectarismo": "O espírita está, pois, em seu verdadeiro posto quando se coloca entre o homem de ciência e o homem de fé, não possuindo as credences de um, nem, por igual, as negações de outro. Não nos desviemos do nosso lugar. "Postos entre a fé e a razão evitemos os exageros do sectarismo, pois que ele é o verdadeiro inimigo".

Insatisfeitos com a política conciliadora da FEB, os científicos, encabeçados por Angeli Torteroli abandonam a instituição e fundam, no dia 4 de abril de 1894, outra casa federativa, o Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil.

No final de 1894, após quatro anos, Dias da Cruz decide deixar a presidência da FEB. O motivo era o receituário mediúnico da Assistência aos Necessitados, departamento beneficente da entidade, que prescrevia remédios homeopáticos. Como médico, Dias da Cruz tinha restrições a essa atividade. Júlio César Leal parecia ser o candidato ideal. Advogado, professor de Humanidades e grande estudioso do Espiritismo, Leal também era um ardoroso adepto da homeopatia mediúnica. Prestigiado por todos, é eleito presidente da FEB. O problema é que Júlio César não manteve a mesma neutralidade de Dias da Cruz, passando a apoiar os científicos, em detrimento dos místicos.

O Reformador, sob a direção dos místicos Leopoldo Cirne e Alfredo Pereira, começou a fazer oposição ao presidente, publicando uma série de artigos intitulada "Nossa Missão". Aceitando a subordinação da FEB, Júlio César nomeia um representante da casa para o conselho federativo da União Espírita. Além disso, passa a freqüentar assiduamente o reduto científico, relaxando seu trabalho na FEB, onde quase não aparecia. Os místicos reagiram duramente. Em julho, a crise chega ao auge. O vice-presidente Dias da Cruz ainda tenta fazer a situação retornar ao equilíbrio, através do artigo "Tolerância e Bondade". Era tarde demais. Júlio César Leal, sob pesada resistência interna, renuncia à presidência da FEB e filia-se à União.

Percebendo que os místicos pretendiam tomar o poder e recolocar a FEB na liderança do movimento sob uma bandeira mística, Dias da Cruz não assumiu o cargo vago, alegando sua incompatibilidade com o receituário mediúnico e qualquer programa radical. Chegara a oportunidade dos místicos, como disse Silvino Canuto Abreu. O primeiro passo para a vitória era eleger um presidente místico forte, que lhes garantisse a hegemonia interna e externamente anulasse a ação dos científicos da União Espírita. Leopoldo Cirne e Alfredo

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Pereira, líderes da movimentação, não tiveram dúvida. A pessoa certa para essa tarefa era Bezerra de Menezes.

2. A segunda gestão de Bezerra

Durante o tempo em que esteve afastado do trabalho de unificação, Bezerra abandonou a postura de equidistância entre o misticismo e o cientificismo, assumida em 1889, na sua primeira gestão à frente da FEB, e transformou-se num autêntico representante da primeira tendência. Acredito que essa mudança devesse à influência que os místicos Bittencourt Sampaio, Antônio Luís Sayão e Frederico Júnior exerceram sobre ele, durante o período em que Bezerra se isolou no Grupo Ismael (também chamado de Grupo dos Humildes e Grupo do Sayão), principal reduto do pensamento místico e roustainguista, que funcionava nas dependências da FEB. Na minha avaliação, foi durante essa fase que Bezerra aprofundou seu conhecimento sobre Os Quatro Evangelhos de J.B. Roustaing e tornou-se um defensor incondicional da obra.

O pesquisador Luciano dos Anjos pensa diferente e afirma que Bezerra já era místico e roustainguista em 1889. Minha posição baseia-se em trecho do livro *Esboço Histórico da Federação Espírita Brasileira* (p. 24 da edição de 1924), redigido por Leopoldo Cirne, contemporâneo de Bezerra. Os fatos, porém, falam por si mesmos. Basta comparar as duas gestões de Bezerra. Enquanto a primeira teve até certo colorido científico, a segunda foi claramente mística e roustainguista. Alfredo Pereira e Leopoldo Cirne não perderam tempo e levaram a idéia da candidatura a Dias da Cruz e Augusto Elias. Embora defendessem o princípio da conciliação, os dois aprovaram o projeto. Que podiam fazer? Quem teria coragem de vetar o nome de Bezerra? Só um científico! A princípio, Bezerra de Menezes, não quis aceitar o convite, alegando que seu perfil não agradaria a todas as tendências. Como resposta, os dirigentes febianos disseram que ele teria poderes discricionários para imprimir a orientação que julgasse mais acertada.

O famoso médico pediu um tempo para pensar na proposta e ouvir a opinião de seus guias espirituais. À noite, na reunião mediúcnica do Grupo Ismael, Bezerra foi estimulado pelo Espírito Santo Agostinho e decidiu aceitar o cargo. É assim que, no dia 3 de agosto de 1895, Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti assume novamente a direção da FEB, numa assembléia em que os estatutos da instituição foram reformados para concederem amplos poderes ao novo presidente e tornarem obrigatório o estudo de J.B. Roustaing (artigo 4º, 1º parágrafo).

Em novembro, o novo presidente inicia uma série de artigos no Reformador contra a ideologia científica e o Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil. Dias da Cruz fica na vice-presidência da FEB até o final de 1895 e, depois, recolhe-se a voluntário ostracismo. Mantendo sua postura ideológica, ele não entrou na luta entre místicos e científicos. Augusto Elias e Bezerra de Menezes foram convidados para a diretoria do Centro da União. Elias assumiu o cargo e efetivamente trabalhou pela instituição. A aceitação de Bezerra foi 'pro forma', como ele explicaria depois. Esse convite dos científicos ao presidente febianos é muito estranho. Uma de duas. Ou eles pretendiam cooptá-lo ou desconheciam o projeto de Bezerra. Para acelerar o processo de unificação, o Centro da União convocou um Congresso Espírita Permanente, cujas reuniões se dariam semanalmente, até quando os delegados julgassem necessário. O fim do Centro da União deu-se em 1897, depois de dois anos de

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

disputa com a FEB pela liderança do movimento. Abaixo seguem os lances dessa verdadeira batalha ideológica, travada nas páginas da imprensa espírita. De um lado, Bezerra comandando os místicos; de outro, Torteroli liderando os científicos.

15 de novembro de 1895- Bezerra publica seu primeiro artigo contra os científicos, "Res non verba". A matéria critica a montagem da peça "O crime do padre Amaro" de Eça de Queiroz numa das reuniões ordinárias do Congresso Espírita Permanente.

1º de janeiro a 1º de março de 1896 - Bezerra publica a série "Os tempos são chegados".

15 de março de 1896 - Bezerra publica o artigo "Falsos profetas".

A União, através do Ofício nº 248, publicado no REFORMADOR, afirma que suas posições doutrinárias não são infalíveis e pede que os centros espíritas se manifestem sobre o problema da conceituação do Espiritismo.

1º de maio de 1896 - Bezerra publica o artigo "Pelo fruto se conhece a árvore".

1º de julho de 1896 - Bezerra publica o artigo "Espiritismo - ciência ou religião?". O Centro da União exonera Bezerra de sua diretoria, acusando-o de ter militância político-partidária.

15 de agosto de 1896 - Bezerra publica o artigo "A verdadeira propaganda", onde afirma que aceitou ser diretor do Centro da União na esperança de que a instituição seguisse um caminho correto.

Na sua avaliação, sua exoneração deu-se por seus motivos doutrinários e não por sua possível militância partidária. Bezerra critica Torteroli por ter afirmado que Jesus não era seu Senhor - e sim seu irmão e seu igual. Ao final, pede que o movimento se decida entre a FEB e o Centro da União.

1º de setembro de setembro de 1896 - Bezerra publica um Aviso, comunicando que ele e a FEB não tinha mais nenhuma relação com o Centro da União.

O fato de o Reformador divulgar notas e ofícios do Centro da União não representava ligação com a entidade e sim mera condescendência. O presidente informa que destituiu o representante da FEB junto ao Centro da União, nomeado na gestão de Júlio César Leal.

No mesmo número do Reformador, Bezerra divulga o artigo "Ainda a propaganda espírita".

15 de setembro de 1896 - O Centro da União publica o Ofício nº 487 no Reformador, onde explica o verdadeiro sentido da frase de Torteroli sobre o Nazareno: Jesus não é meu Senhor - e sim meu irmão amado, que me auxilia a chegar até ele. Bezerra publica o artigo "Clama, não cesses", onde contesta o lema Amor, Deus e Liberdade da União, afirmando que quem não segue Jesus, não pode invocar o nome de Deus. O presidente febianista critica também o uso de flâmulas na porta do Centro da União: "Os templos não têm flâmulas (...). Isso é próprio de festas mundanas, nunca de exercícios religiosos".

11 de outubro de 1896 - O científico Vítor Antônio Vieira publica no Jornal do Brasil uma extensa e pesada crítica aos artigos de Bezerra. Em determinado trecho, diz a matéria: "Os argumentos produzidos pelo Dr. Bezerra de Menezes, em prol da sua orientação espírita, não passam de vistosas bolhas de sabão, sopradas pelo seu misticismo para deslumbrar a simplicidade ignorante dos que não sabem ou não querem dar-se ao trabalho de raciocinar". Em seu livro Vida e Obra de Bezerra de Menezes (p. 112, FEB), Sílvio Brito Soares diz que o texto acima é do "chefe" da "tal União". Com isso, o atribui erradamente a Angeli Torteroli.

15 de outubro de 1896 - Bezerra publica outro artigo com o título "Pelo fruto se conhece a árvore" (o primeiro saiu em maio). O presidente da FEB critica uma mensagem ditada pelo Espírito Luíza Maia, intitulada "Prece". Essa página faz parte de uma coletânea de textos

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

mediúnicos, publicada como apêndice do Evangelho segundo o Espiritismo, editado pela Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade. Bezerra não gostou da tese de que Deus não castiga nem perdoa, contida na mensagem: "Tu (Deus) me criastes com o livre-arbítrio para eu ter o mérito do meu progresso moral e intelectual. Tu não me castigas e não me perdoas, porque só te vinculas comigo pelo teu amor".

2 de novembro de 1896 - Bezerra publica a primeira parte do artigo "Fiat Lux". Na mesma edição do REFORMADOR, o Centro da União divulga o Ofício nº 522, afirmando que levará o problema da natureza e conceituação do Espiritismo à decisão do Congresso Espírita Permanente.

15 de novembro de 1896 - Bezerra publica a segunda parte de "Fiat Lux" e a primeira parte de "Uma simples réplica". Como o próprio nome diz, o segundo artigo é uma resposta às críticas do científico Vítor Antônio Vieira. O Centro da União divulga o Ofício nº 529 no mesmo número do Reformador, afirmando que adotará a conceituação de Espiritismo que for votada na sessão extraordinária do Congresso Espírita Permanente, marcada para o final do mês.

1º de dezembro de 1896 - O Reformador informa que alguns grupos espíritas romperam com o Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil: Esperança e Fé de Franca, Filhos de Deus de Barra do Piraí e Antônio de Pádua de Ouro Preto. Bezerra publica a terceira parte de "Fiat Lux" e a segunda parte de "Uma simples réplica".

15 de dezembro de 1896 - Bezerra divulga a quarta parte de "Fiat Lux", onde afirma que o Espiritismo do Centro da União é influenciado pelo Positivismo de Augusto Comte.

Angeli Torteroli publica o livro O Espiritismo no Brasil e em Portugal, onde reproduz o artigo de Vítor Antônio Vieira, originalmente veiculado no Jornal do Brasil.

1º de janeiro de 1897 - O noticiário do Centro da União, publicado no Reformador, informa que a instituição realizou uma procissão cívica (passeata), como atividade preparatória da sessão extraordinária do Congresso Espírita Permanente.

Leopoldo Cirne, vice-presidente da FEB desde a saída de Dias da Cruz, publica o artigo "Pax", pedindo a união da família espírita brasileira.

Esse texto de Cirne é inusitado e surpreendente. Como ele pôde pedir paz e união quando foi um dos responsáveis pelo embate entre místicos e científicos? Isso demonstra que alguma coisa havia mudado na cabeça de Leopoldo Cirne. Será que ele percebeu, tardiamente, que o convívio democrático entre as facções era mais importante que a vitória de uma delas?

15 de janeiro de 1897 - Bezerra publica o artigo "Paz". Nesse texto, o presidente febianos discorda abertamente de Cirne e chega a ser agressivo: "Guerra aos que dão costas à luz".

Leopoldo silencia - mas realmente havia mudado de posição sobre algumas coisas.

Essa mudança só ficou clara quando ele substituiu Bezerra na presidência da FEB em 1900.

1º de fevereiro de 1897 - Bezerra publica o artigo "Mirabile dictu". O presidente febianos discorda da idéia de definir o Espiritismo em um congresso. Segundo ele, essa definição já havia sido dada por Kardec e Roustaing.

O famoso médico também questiona a representatividade do Congresso Espírita Permanente, que, na sua avaliação, era composto por apenas 12 entidades.

1º de março de 1897 - O Reformador transcreve uma carta da revista espírita Perdão, Amor e Caridade, de São Paulo. Esse documento pede que os centros que discordarem do Centro da

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

União cerrem fileira com a FEB. A revista diz que vai publicar mensalmente o nome dos grupos que passarem para o lado da Federação.

15 de abril de 1897 - Bezerra responde às críticas da revista Religião Espírita, mensário do Centro Espírita do Rio Grande do Sul.

28 de agosto de 1897 - Uma sessão extraordinária do Congresso Espírita Permanente comemora o 16º aniversário da primeira perseguição aos espíritas brasileiros. Augusto Elias da Silva estava presente.

1º de setembro de 1897 - A Revista Espírita do Brasil, órgão oficial do Centro da União, publica o artigo "Praticamos a ciência espírita e a moral cristã", onde faz a defesa de suas posições doutrinárias: a) Jesus era um filósofo e, por isso, não fundou uma religião; b) Conforme afirmou Kardec, a moral de Jesus é a parte essencial dos Evangelhos; c) Não há contradição entre o cultivo da moral cristã e a prática da ciência; d) O Espiritismo é uma ciência integral e progressiva; e) A finalidade do Espiritismo é regenerar a sociedade; f) As posições doutrinárias dos científicos encontram respaldo nos congressos espíritas de Barcelona, Madri e Paris. O texto foi assinado pela Diretoria Central do Centro da União.

1º de novembro de 1897 - Augusto Elias da Silva, Ernesto dos Santos Silva, João Gurgel Valente, José Vila Franca e Manoel Joaquim Maximino divulgam um lacônico comunicado ao movimento espírita, informando que haviam saído do Centro da União. Não há indícios de que Pinheiro Guedes, Lima, Cirne e Júlio César Leal também tenham abandonado a casa.

15 de novembro de 1897 - No artigo "Lamentável", Bezerra comenta a saída de alguns membros do Centro da União. Segundo ele, os cinco elementos, que ocupavam cargos na diretoria, saíram, por vontade própria, decepcionados com o comportamento moral de Torteroli. Abaixo segue um resumo do artigo. As acusações a Torteroli estão grifadas por nós. "Os jornais desta capital publicaram (...) declaração (...) firmada por cinco diretores do Centro (da União). Gravíssimos motivos (...) atuaram no ânimo desses confrades para assim procederem (...), e são de tal ordem (...), que somos forçados a desprezar o exemplo que tolerância, que encerra o citado aviso (...), em face (...) dos verdadeiros atentados em nome (...) de uma doutrina santa, prostituída e sacrificada por quem se inculca falsamente apóstolo e propagandista (...). Há (...) um grupo que faz do Espiritismo uma espécie de balcão, com uma sacola à entrada, em que visitantes são taxados a tanto por cabeça (...), há (...) um lugar (...), em cujo frontispício se ostenta uma tabuleta reclame, com inscrições espíritas, mas, em cujo interior o que se faz é a exploração da imoralidade, a que o Espiritismo apenas serve de engodo e pretexto. Antes de finalizar, sentimos necessidade de endereçar algumas palavras à infeliz criatura (Torteroli), cujo (...) procedimento nos obriga a esse protesto (...). O déficit de uma existência malbaratada em orgias de prazer, quando deveria ter sido posta ao serviço do bem e da verdade, há de exigir longos séculos (...) para que possa vir a ser equilibrada. Recue enquanto é tempo desse despenhadeiro fatal a que sua fraqueza o arrastou e em cujo fundo o aguardam as mais lancinantes dores, quando não a própria morte moral."

O texto de Bezerra dá a entender que Torteroli ganhava dinheiro com as atividades espíritas e, além disso, entregava-se a algum tipo de viciação. O presidente da FEB não diz qual era o móvel dessas "orgias de prazer".

27 de novembro de 1897 - Em defesa de Torteroli, os outros membros do Centro da União publicam uma matéria na Gazeta de Notícias, jornal diário do Rio de Janeiro.

Vejam os trechos mais significativos do artigo.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

"Vossa Senhoria devia ser compelido a provar tudo o que escreveu em seu jornal contra o Centro da União Espírita. Não o fazemos e até perdoamos as diatribes porque sabemos que (...). Vossa Senhoria guarda (...) certo rancor contra um dos diretores do Centro (Torteroi), porque ele teve a ousadia de não obedecer a Vossa Senhoria e dizer-lhe algumas verdades desagradáveis (...). Esse homem é um daqueles que lançaram os fundamentos do Espiritismo no Brasil (...). Esse homem, que esse senhor (...) diz que faz do Espiritismo uma "espécie de balcão", com uma "sacola à entrada", não quis ganhar dinheiro, podendo até fazê-lo sem rebuço (...). Esse homem nada tem, vive paupérrimo, empregando tudo o que possui (...) em prol do Espiritismo. Esse homem (...), que Vossa Senhoria atou ao seu pelourinho (...), tem faltas, sabe que há de expiá-las, mas não as esconde hipocritamente, como aqueles fariseus e doutores da Igreja (...). Esse homem (...) vos perdoa (...) porque vê que estais eivado do mesmo vírus dos fariseus. É o vírus do fanatismo religioso. A vossa linguagem é por demais católica (...). "Ela cheira à sacristia".

O texto é enfático em afirmar que Torteroi não ganhava dinheiro com o Espiritismo. Pelo contrário, ele estava sem recursos porque colocava suas economias a serviço da causa. A bem da verdade devo informar que ele realmente morreu pobre.

Muito doente, aos 79 anos de idade, foi internado numa enfermaria pública da Santa Casa de Misericórdia, no Rio de Janeiro. Vindo a falecer, no dia 11 de janeiro de 1928, seu enterro teve que ser custeado pelo Coronel Antônio Barbosa da Paixão, companheiro de lides espíritas (Torteroi militou até o fim da vida).

Por outro lado, o texto diz que ele tinha faltas a expiar. Os redatores estavam concordando com Bezerra ou falando em termos genéricos? Fica difícil saber...

Não tenho procuração de Torteroi para defendê-lo, no entanto, gostaria de aventar duas hipóteses que, talvez, o isentem de culpa: a) é possível que Torteroi cobrasse uma espécie de dízimo dos frequentadores do Centro da União para ajudar nas despesas da casa. Essa prática é questionável, mas não é passaporte para o inferno; b) é possível que Torteroi tenha fruído prazeres, que Bezerra e os cinco diretores do Centro da União consideraram imorais. Para Angeli Torteroi, o Espiritismo não era uma religião. Por isso, ele tinha um comportamento muito liberal, dentro e fora dos centros. Advogado, jornalista e professor montava peças teatrais, fazia passeatas espíritas, enfeitava as fachadas das instituições e fazia reportagens policiais. O cronista Hermeto Lima do Jornal do Brasil (edição de 13 de janeiro de 1928) conta que os boêmios, que não tinham onde dormir ou haviam perdido o último bonde, pernoitavam no centro espírita de Torteroi.

Uma atitude laica demais até para os dias de hoje.

Em carta aos companheiros, também publicada na Gazeta de Notícias, Torteroi reclama: "Supomos que os que nos guerreiam (...) sabem que estão faltando à verdade e exagerando os fatos, na intenção de matar o Centro da União Espírita para dar grande vida à Federação (...)". Noticiando sua morte, a FEB é mais complacente (Reformador de janeiro de 1928): "De qualquer modo (...) que se encare o feitio moral de Torteroi, jamais se poderá escurecer a sua sinceridade ao serviço, afrontando todas as malquerenças (...) e jamais regateando predicados de generosidade aos seus semelhantes (...)". Sob a férrea oposição de Bezerra, que bateu forte no seu dirigente máximo, o Centro da União Espírita de Propaganda no Brasil acabou fechando no final de 1897. Com o fim do Centro da União, os científicos se

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

desarticularam e uma FEB totalmente mística e roustainguista voltou ao comando do movimento. Bezerra de Menezes havia sido vitorioso.

Pouco a pouco, a idéia de que o Espiritismo era ciência, filosofia e religião foi se firmando. Essa tese interessava à Federação. Com ela, os espíritas mais racionalistas acabavam aceitando o lado religioso da Doutrina e a FEB perdia o qualificativo de mística. Isso facilitaria a união do movimento em torno da Federação e a irradiação da sua plataforma doutrinária.

Com a aceitação da tríade ciência-filosofia-religião, os termos místicos e científicos acabaram caindo em desuso até desaparecer. No entanto, a verdadeira paz e a completa união estavam longe de serem atingidas. A defesa da obra de Roustaing pela FEB, que fazia parte das divergências entre místicos e científicos, mas passava meio despercebida no meio das discussões sobre o caráter do Espiritismo, passou a incomodar os companheiros que aceitavam o aspecto religioso da Doutrina, mas não gostavam do trabalho do advogado bordelense.

BIBLIOGRAFIA

Jornais e Revistas

Gazeta de Notícias, edição de 27 de novembro de 1897

Jornal do Brasil, edições de 11 de outubro de 1896 e 13 de janeiro de 1928

Reformador, edições de 1895 a 1900

Revista da Sociedade Acadêmica, edições de 1881 a 1882

O Renovador, Sociedade Acadêmica, edição de agosto de 1897

Revista Espírita do Brasil, Centro da União, edições de agosto a dezembro de 1897

Revista Espírita do Brasil, Liga Espírita do Brasil, edições de 1935 a 1938

Obreiros do Bem, Associação Espírita Obreiros do Bem, edições de 1978 a 1989

Livros

Grandes Espíritas do Brasil, Zêus Wantuil, FEB

Allan Kardec - Volume 3, Francisco Thiesen e Zêus Wantuil, FEB

Espiritismo Básico, Pedro Franco Barbosa, FEB

Bezerra de Menezes, Canuto Abreu, FEESP

Vida e Obra de Bezerra de Menezes, Sílvio Brito Soares, FEB

Bezerra de Menezes, o médico dos pobres, Francisco Aquaronte, Aliança

Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho, Humberto de Campos, FEB

Os Intelectuais e o Espiritismo, Ubiratan Machado, Antares

O Espiritismo no Brasil e em Portugal, Angeli Torteroli, Sociedade Acadêmica

Esboço Histórico da Federação Espírita Brasileira, FEB

3. A FEB e a Liga Espírita do Brasil

Em 11 de abril de 1900, Bezerra de Menezes desencarna e o vice-presidente Leopoldo Cirne assume a direção da FEB. A primeira providência de Cirne é promover uma profunda reforma nos estatutos da instituição. Uma das mudanças é retirar os amplos poderes concedidos ao Presidente, por julgar que só seu antecessor tinha direito a esse privilégio. A outra é eliminar o estudo obrigatório de J.B. Roustaing, por acreditar que esse artigo desagradava os companheiros que não aceitavam a obra, dificultando a união dos espíritas em torno da Federação.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

O estudo de Os Quatro Evangelhos passaria a ser opcional na FEB para que não a acusassem de estar impondo Roustaing ao movimento.

As modificações foram aprovadas na assembléia do dia 5 de novembro de 1901. Leopoldo Cirne era um ardoroso admirador do advogado bordelense. No entanto, por algum motivo, passou a considerar que a unificação era mais importante que o fortalecimento do roustainguismo. Acredito que essa transformação começou no meio da luta entre místicos e científicos, quando pediu paz ao movimento no Reformador. Na prática, não haveria nenhuma mudança interna. Como os roustainguistas eram maioria absoluta dentro da FEB, Os Quatro Evangelhos continuariam a ser estudados em suas reuniões. Mas até quando duraria essa supremacia? Essa era a grande preocupação dos adeptos de Roustaing. A perda de poder interno e externo desagradou alguns roustainguistas mais radicais, que começaram a fazer oposição a Cirne.

Em 1902, alguns centros espíritas aprovam estatutos idênticos aos da FEB, a fim de tornarem-se núcleos unificadores. Cirne analisa a questão no Reformador de 15 de novembro daquele ano: "... se as sociedades do interior se propõem a desempenhar o mesmo papel da Federação, se todos pretendem constituir-se o núcleo das convergências das atividades espíritas do nosso país, o que, em lugar da união, se consegue é a anarquia e a dispersão".

A fim de diminuir esses problemas, a FEB aproveita o centenário de nascimento de Kardec e promove uma reunião sobre a Unificação. O evento, que contou com a presença de expressivas sociedades espíritas da época, desdobrou-se pelos dias 1, 2 e 3 de outubro de 1904. A medida mais importante foi a aprovação do documento Bases da Organização Espírita, cuja principal sugestão era a criação, em cada Estado, de uma entidade federativa local, ligada à Federação Espírita Brasileira. Na época, só existiam duas casas com essas características: a Federação Espírita Amazonense e a Federação Espírita do Paraná.

Cedendo às pressões internas, Leopoldo Cirne permitiu que Aristides Spínola, redator do "Bases", recomendasse o estudo opcional de Roustaing. Depois de 10 anos, no dia 28 de fevereiro de 1914, Aristides Spínola, em meio a uma tumultuada assembléia, substituiu Cirne na presidência da FEB.

Esse confronto, evitado por muitos anos, aconteceu por causa da crescente insatisfação com a eliminação da obrigatoriedade do estudo de Roustaing. Outro problema foi o projeto da Escola de Médiuns, que contava com a ferrenha oposição de Pedro Richard. Pedro Richard dirigia a Assistência aos Necessitados, departamento beneficente da FEB (que já tinha sido um dos motivos da saída de Dias da Cruz) e considerava a Escola de Médiuns uma idéia pedante e academicista. A situação ficou tão crítica que os médiuns receiptistas da Assistência prometeram abandonar a FEB, caso Cirne fosse reeleito. De 1914 a 1924, a seqüência de presidentes foi a seguinte:

Aristides Spínola - 1914 a 1916

Manuel Quintão - 1915

Aristides Spínola - 1916 a 1917

Manuel Quintão - 1918 a 1919

Guillon Ribeiro - 1920 a 1921

Aristides Spínola - 1922 a 1924

Em 1917, em seu segundo mandato, Spínola restabeleceu a obrigatoriedade do estudo de Roustaing e, em 1924, durante o terceiro, criou o (primeiro) Conselho

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Federativo da FEB, órgão destinado a congregar as federações espíritas estaduais. Em 1925, sob o comando de Luiz Barreto, é aprovado o regulamento de adesão das federativas à Federação. Esse regulamento recomendava O Evangelho segundo o Espiritismo de Allan Kardec ou Os Quatro Evangelhos de J.B Roustaing para o estudo da parte moral do Espiritismo.

Nesse ano haveria um acontecimento político de magna importância. O governo de Artur Berrardes promoveria uma reforma constitucional. Um deputado católico, chamado Plínio Marques, representante do Paraná, pretendia introduzir na reforma as famosas emendas religiosas, oficializando o estudo do Catolicismo nos escolas do país.

Houve um movimento de reação nacional. Evangélicos, espíritas, maçons e outros grupos filosófico-religiosos se coligaram para derrubar as tais emendas na Câmara Federal (e tiveram sucesso). Quando as emendas começaram a ser discutidas na Câmara, o segmento espírita dessa associação ecumênica começou a fazer reuniões nos Centros para obter o apoio do movimento contra o projeto do deputado paranaense. O sucesso do empreendimento foi tão grande que eles decidiram ampliar suas intenções e começaram a discutir os problemas da Unificação. Desses debates saiu a idéia de realizar um Congresso Constituinte Espírita Nacional.

No dia 16 de outubro de 1925, a Comissão Preparadora do Congresso distribuiu uma circular ao movimento, pedindo que as sociedades espíritas comparecessem ao evento, convocado para o dia 31 de março de 1926. O objetivo do Congresso era fixar uma organização unificacionista modelar e criar uma nova entidade federativa de âmbito nacional. A direção da Federação Espírita Brasileira também recebeu o convite e evidentemente recusou-se a participar do evento.

O convite feito à Federação só pode ser entendido como uma manobra política, pois os integrantes da Comissão Preparadora não desconheciam o papel de liderança que a FEB sempre quis exercer. Se a FEB aceitasse o convite, estaria aceitando a subordinação ao Congresso. Se recusasse, poderia ser acusada de pretensiosa e autoritária. Luiz Barreto explicou a recusa da Federação numa carta à Comissão Preparadora, publicada no Reformador de 1º de dezembro de 1925, e acelerou as providências para a instalação definitiva do (primeiro) Conselho Federativo da FEB, numa clara intenção de esvaziar o Congresso.

Na mesma edição do Reformador, a direção da casa faz publicidade do Conselho Federativo: "Transforma-se (...) em quase certeza a esperança (...) de que, em 1926, se celebre, nesta capital (...), a primeira reunião dos delegados das associações que, até lá, se (...) tiverem tornado adesas, para o fim indicado no Artigo 117 dos estatutos (...) da Federação, artigo que define o Conselho e lhe traça a órbita de ação".

Na edição de 16 de janeiro de 1926, o Reformador reproduziu um artigo publicado pelo jornal Aurora. Era uma acusação aos que apregoavam a Unificação sem sinceridade. A redação do Reformador endossou o artigo e reforçou as críticas aos companheiros que, em sua opinião, estavam semeando a confusão no movimento.

A Comissão Preparadora não gostou dos doestos e enviou uma longa carta à FEB, refutando as críticas que lhe foram dirigidas. Na edição de 16 de fevereiro de 1926, o Reformador publicou os principais trechos da carta e a respondeu através do artigo "Um

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

repto improcedente". A Comissão Preparadora não se deu por vencida e reiterou o pedido para que a FEB se fizesse representar no Congresso.

No relatório anual das atividades de 1925, publicado no Reformador de 1º de março de 1926, a FEB reafirma sua decisão de não participar do Congresso Constituinte. A certa altura, diz o texto: "Qualificam-nos, por isso, de intolerantes. Mas onde a nossa intolerância? Digna atitude é a nossa, perseverando nos propósitos (...) que nos animam, na defesa (...) do posto e na execução da tarefa que nos foram confiados e dos quais, se nos afastássemos, praticaríamos culposa defecção". Além disso, o 2º secretário Guillon Ribeiro respondeu oficialmente à carta da Comissão Preparadora, informando que a FEB não compareceria ao Congresso Constituinte.

Sem a presença da FEB, o Congresso Constituinte Espírita Nacional teve início na data prevista, 31 de março de 1926. O evento ocorreu no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, situado na Rua do Passeio Público (em frente ao parque do mesmo nome). Durante 10 dias, os congressistas discutiram os rumos do movimento espírita brasileiro. Na sessão do dia 4 de abril, os participantes do conclave decidiram renovar à FEB o pedido para que se fizesse representar. Uma de duas: ou havia um sincero desejo de discutir os problemas da Unificação com a FEB, ou uma obsessiva vontade de subordiná-la ao Congresso.

A FEB, é lógico, sempre entendia esses convites como uma ofensa à sua posição de federativa nacional e respondia negativamente. Para responder esse último, o presidente Luiz Barreto enviou uma carta ao Congresso, datada de 7 de abril de 1926, onde, em determinado momento, dizia o seguinte: "... apelamos para vosso lúcido critério e perguntamos: que iria fazer um representante da Federação no seio da Constituinte Espírita? Ouvir doestos a baldões, ironias e sarcasmos? "Assistir de alma constrangida à discórdia em nome da concórdia...". A recusa foi finalmente aceita.

A Federação Espírita Brasileira também tinha seus aliados e recebeu diversas manifestações de apoio e solidariedade. Vários registros de repúdio ao Congresso foram publicados no Reformador nas edições de 1º de janeiro, 1º de fevereiro, 16 de fevereiro, 1º de março, 16 de março e 1º de maio de 1926.

O Congresso Constituinte Espírita Nacional contou com a presença de 286 das 620 instituições convidadas. Pouco mais que um terço. A presidência do evento ficou a cargo do Desembargador Gustavo Farnese. O grande escritor maranhense Henrique Maximiano Coelho Neto, radicado no Rio de Janeiro e considerado o Príncipe dos Prosadores Brasileiros, ocupou a vice-presidência.

Dentre outros congressistas, estiveram presentes as seguintes lideranças: Jacques Ourique, Nóbrega da Cunha, Xavier de Araújo, João Torres, Jarbas Ramos, Estevão Magalhães, Guiomar Ramos, Antônio Ferraiuolo, Bertoldo dos Santos, Florentino Rego, Arthur Machado, Eutychio de Campos, Alfredo Molinaro, Brandão da Rocha, Lameira de Andrade, Arthur Fonseca, Cândido Damázio, Leal de Souza, Alves Júnior, Demétrio Hamann, Raul Harriot e o velho Angeli Torteroli, nessa época com 77 anos de idade. Depois de acaloradas discussões, a plenária do Congresso Constituinte aprovou a Constituição Espírita do Brasil. Segundo esse documento, a instância máxima dos espíritas brasileiros passaria a ser a Assembléia Espírita do Brasil, que se reuniria anualmente. O órgão executor das decisões da

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Assembléia seria a Liga Espírita do Brasil, uma nova entidade federativa nacional, fundada naquela oportunidade.

Mais tarde, deveriam ser fundadas ligas municipais e estaduais para congregar os Centros Espíritas que desejassem participar desse esquema federativo (o que aconteceu apenas em Minas Gerais, Pernambuco, Petrópolis e Juiz de Fora).

Logo depois do Congresso Constituinte, Luiz Barreto convocou a primeira reunião do Conselho Federativo da FEB, que deveria ocorrer entre os dias 3 e 8 de outubro daquele ano. O convite teve boa receptividade e o evento contou com a presença de diversas delegações (maiores detalhes podem ser colhidos no opúsculo Resenha dos Trabalhos da Primeira Reunião do Conselho Federativo, de Guillon Ribeiro, editado em 1938 pela FEB).

Em 1927, Luiz Barreto foi substituído por Paim Pamplona. Pamplona ficou no cargo até o final de 1928, sendo sucedido por Manuel Quintão em 1929. Era a terceira vez que Quintão ocupava a presidência da FEB. A segunda reunião do Conselho Federativo da FEB estava programada para aquele ano, mas acabou não acontecendo.

Em 1930, Guillon Ribeiro assumiu a presidência da casa e prometeu convocar o Conselho no ano seguinte. No entanto, por causa de problemas internos e externos, a programação foi abortada. No plano interno, o inusitado e engraçado plebiscito sobre Kardec ou Roustaing, patrocinado por Mariano Rango D'Aragona, membro da Liga Espírita do Brasil, agitou o movimento. Mariano não obteve o apoio da Liga, mas conseguiu a simpatia da Revue Spirite, nessa época dirigida por Jean Meyer e Hubert Forestier. Kardec teria vencido por 3.171.400 votos de diferença (não existem informações sobre a segurança do pleito).

No plano externo, a Revolução de 30 lançou o país em nova fase de instabilidade política, que desaconselhava assembleias de qualquer natureza. Guillon justifica sua decisão no Reformador de 2 de janeiro de 1932: "... tendo se agravado (...) as crises que nos assoberbam, talvez só as entidades (...) desta capital e uma ou outra, dos estados mais próximos, enviassem representantes (...) para constituírem o Conselho".

A segunda reunião do Conselho Federativo da FEB só foi acontecer no dia 3 de outubro de 1933. Em 1938, a FEB lançou um livro que causou grande polêmica no movimento: Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho, do Espírito Humberto de Campos, psicografado pelo médium Francisco Cândido Xavier.

Dentre várias coisas questionáveis, a nível lógico, histórico e doutrinário, a obra exaltava a trajetória e o papel da Federação Espírita Brasileira, como órgão centralizador do movimento espírita no Brasil, e afirmava que Roustaing teria sido um auxiliar de Kardec na constituição do Espiritismo.

Várias lideranças criticaram acerbamente o livro - 6ª obra da extensa produção literária do médium mineiro, que, nessa época, tinha apenas 26 anos. Esse período se encerra em 1943, com a desencarnação de Guillon Ribeiro e a ascensão de Wantuil de Freitas à presidência da FEB.

Em sua edição de 1º de junho de 1926, o Reformador publicou um longo editorial, intitulado "Continuação de Programa, de Orientação e de Diretriz", onde exalta o ideário e a ação da Federação Espírita Brasileira. O documento era uma crítica contundente aos trabalhos do Congresso Constituinte Espírita Nacional e à conseqüente fundação da Liga Espírita do Brasil. No texto é transcrita uma mensagem do Espírito Aristides Spínola, ex-presidente da FEB, desencarnado em 1925.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

A mensagem foi transmitida no Grupo Ismael e dizia o seguinte: "Companheiros e amigos, recrudescer a luta. As hostes aguerridas tomam posição de combate, vê-se-lhes, ao longe, o estandarte rubro e nele está escrito em letras de fogo: guerra de morte até o extermínio. Porém, a luta principal é contra o Evangelho de Jesus, que, fatalmente há de mudar as coisas na face do planeta. Cuidado! Cuidado! O lobo pretende avizinhar-se do redil."

O tempo demonstrou que Spínola exagerou um pouco.

Em que pese suas divergências com a FEB, no que diz respeito à Roustaing e ao modelo federativo febiano, a Liga Espírita do Brasil foi uma entidade que prestou inestimáveis serviços à causa de Kardec no Brasil.

A acusação de que o Evangelho corria perigo não fazia o menor sentido, pois o programa doutrinário da Liga defendia o aspecto religioso do Espiritismo e exaltava a figura de Jesus (um dos eventos anuais da casa era a Semana do Cristo). O primeiro presidente da instituição foi o Desembargador Gustavo Farnese, que implantou e organizou a Liga em seu próprio escritório de trabalho. João Torres o sucedeu e inaugurou a sede provisória, onde instituiu um curso popular de Espiritismo. Além disso, fundou a REVISTA ESPÍRITA DO BRASIL, que circulou de 1929 a 1950.

O terceiro presidente, Henrique Andrade, deu prioridade à propaganda externa, realizando grandes comemorações públicas nas datas festivas do Espiritismo. Republicano histórico, grande poeta e acadêmico consagrado, Leôncio Correia foi o quarto presidente da casa. Utilizou o prestígio do seu nome para divulgar os trabalhos da Liga. José Ludolf foi o quinto presidente. Adquiriu a sede própria e incrementou o trabalho de unificação.

O sexto e último presidente da Liga foi Aurino Souto, reeleito por três vezes. Aurino enfrentou sérios problemas com a polícia, que voltara a perseguir os espíritas. Durante sua existência, a Liga Espírita do Brasil apoiou eventos da máxima importância, como o 1º Congresso de Educação Espírita, o 1º Congresso de Educação Infantil no Meio Espírita, o 1º Congresso de Mocidades Espíritas do Brasil e a fundação da Faculdade Brasileira de Estudos Psíquicos.

No recenseamento de 1940, a Liga instalou um posto de atendimento em sua sede para orientar os Centros Espíritas, trabalhando intensamente para que a condição de espírita figurasse nos questionários do censo. A Liga lutou muito para defender a terapêutica espírita junto aos órgãos governamentais. Com isso, conseguiu um parecer favorável ao passe, concedido pelo Poder Judiciário do antigo Distrito Federal. Foi a Liga quem instituiu a comemoração pública do dia 18 de abril, que, até então, só era feita dentro dos Centros. A iniciativa teve repercussão nacional e internacional e foi encampada pela Confederação Espírita Pan-Americana.

A Liga deu total apoio à Coligação Pró-Estado Leigo, associação ecumênica presidida pelo espírita Lins de Vasconcelos, membro da casa, que defendia a liberdade religiosa preconizada pela Constituição.

Além dos companheiros citados, fizeram parte da Liga os seguintes quadros: Godofredo dos Santos, César Gonçalves, Deocleciano Ribeiro, Mário de Castro Pinto, Antônio Vieira Mendes, Jonatas Botelho, Edmundo Albuquerque, Deolindo Amorim, Moreira Guimarães, Calazans de Campos, Venâncio Martins, Francisco Klörs Werneck, Barbosa da

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Paixão, Braz Carelli, Bandeira de Melo, João Pinto de Souza, João Carlos de Assis, Álvaro de Abreu, Manoel Raimundo da Paz, Luciano Costa, Floriano Burlamaqui, Mário da Gama, Jacy Sebastião, Lipman Tesch D'Oliver, Sebastião Tourinho, Henrique Magalhães, José Fernandes de Souza, Constantino Gomes de Carvalho, J.B. Chagas, Francisco Tiago, Azevedo Silva, Orlando Sobreira, Néelson Batista, Geraldo de Aquino e Abstal Loureiro.

Aurino Souto foi o último presidente da casa porque o Pacto Áureo, firmado em 1949 entre a FEB e outras lideranças do movimento espírita nacional, a transformou numa entidade federativa de âmbito regional. Como, nessa época, a Cidade do Rio de Janeiro ainda era a capital do Brasil, seu nome foi trocado para Liga Espírita do Distrito Federal.

Em 1960, o Distrito Federal muda para Brasília e o Rio transforma-se numa cidade estado, a Guanabara. A instituição, então, passa a se chamar Liga Espírita do Estado da Guanabara. Pouco depois, transforma-se na Federação Espírita do Estado da Guanabara.

Em 1976, ocorre o fim do Estado da Guanabara e a Cidade do Rio de Janeiro é reincorporada ao Estado do Rio de Janeiro, na condição de sua capital. É a chamada fusão. A FEEG também se funde com a antiga Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro, fundada em 1915 e sediada em Niterói.

Ambas passam a se chamar Federação Espírita do Estado do Rio de Janeiro. Uma ficou sendo a FEERJ - Seção Capital, e a outra a FEERJ - Seção Niterói. Essa fusão não resistiu às divergências das lideranças locais e a FEERJ – Seção Capital transformou-se na atual USEERJ - União das Sociedades Espíritas do Estado do Rio de Janeiro. A USEERJ passa a ser a representante oficial do estado no Conselho Federativo Nacional da FEB, empurrando a antiga FEERJ para o grupo das federações espíritas paralelas (onde, aliás, conta com a companhia da FEESP - Federação Espírita do Estado de São Paulo). Alguns encarnados também exageraram em suas críticas à Liga. Um deles foi Luciano dos Anjos.

Na 4ª parte da série O Atalho, publicada no Reformador de novembro de 1973, Luciano chama os fundadores e membros da Liga de "aventureiros históricos". Segundo ele mesmo confessa, na série A Posição Zero, publicada no jornal Obreiros do Bem, a causa dessa bronca é o fato de a Liga ter sido fundada para "usurpar da Federação Espírita Brasileira o seu papel de fulcro do movimento e (...) combater Roustaing e a sua obra" (A Constituinte, o Plebiscito, o Pacto – Parte I). A bem da verdade, não podemos negar essas acusações. No entanto, o que elas têm de diabólico? Em que Lei Universal está escrito que é proibido divergir da FEB e de Roustaing e fundar outra federativa nacional? No entanto, ofender o próximo é coisa feia!

Na prática, porém, a Liga Espírita do Brasil nunca decolou como instituição nacional. Apesar de seus ótimos elementos e projetos, ela nunca passou de um grande e produtivo órgão regional. Essa inquestionável realidade acabou arrefecendo o clima de beligerância entre a FEB e a Liga.

Em minha opinião, vários dirigentes da Liga respiraram aliviados quando a transformaram em entidade regional, por ocasião do Pacto Áureo. Era uma saída honrosa para um ambicioso projeto que não deu muito certo.

4. O Pacto Áureo

Quando Wantuil de Freitas assumiu a presidência da FEB em 1943, ela não convocava o seu Conselho Federativo há precisamente 10 anos. A que devemos esse imperdoável

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

desinteresse? Analisando os registros históricos, chegamos à conclusão de que a Federação não conseguiu atender, ao mesmo tempo, às tarefas da unificação e ao fortalecimento do seu departamento editorial. Como diz o velho adágio popular, ela acabou "cobrindo um santo e descobrindo o outro".

Não podemos afirmar, no entanto, se o menosprezo pelo labor unificacionista foi uma decisão premeditada ou uma conseqüência involuntária da sua fixação no trabalho editorial.

A verdade é que o problema remontava à administração de Guillon Ribeiro, que fez todo o esforço para que a FEB instalasse sua própria oficina tipográfica, mas em nenhum momento cogitou de convocar a 3ª reunião do Conselho. Wantuil apenas seguiu os passos do antigo presidente, dando total prioridade à tarefa do livro espírita, esquecendo-se da importância do órgão unificador da Federação. A grande meta de Wantuil de Freitas era a industrialização do departamento editorial da casa, que acabou sendo feita praticamente às suas expensas (1).

A concretização dessa meta realmente produziu grande avanço logístico e doutrinário. Se não fosse a determinação de Wantuil, provavelmente as obras de Kardec, dos autores clássicos e do médium Francisco Cândido Xavier teriam tido uma divulgação aquém da desejada. Além disso, o sucesso do projeto febiano indiretamente ajudou as demais editoras espíritas. Todavia, o esquecimento voluntário ou involuntário de suas obrigações estatutárias acabou colocando mais uma vez em cheque a liderança da Federação Espírita Brasileira, que só saiu vitoriosa desse novo confronto graças à humildade e boa-vontade de alguns confrades, que tudo fizeram para reerguer sua hegemonia, já abalada pela existência da Liga Espírita do Brasil.

Essa é a história do chamado Pacto Áureo, que passamos agora a relatar (2).

Durante o período em que a FEB manteve inativo o Conselho Federativo, algumas federações estaduais fortaleceram-se na forja do trabalho unificacionista. Em 1944 e 1945, duas dessas federativas, a União Espírita Mineira e a Federação Espírita do Rio Grande do Sul, respectivamente, realizaram seus primeiros congressos espíritas estaduais.

Em São Paulo, as quatro entidades federativas existentes, a Sinagoga Espírita Nova Jerusalém, a União Federativa Espírita Paulista, a Federação Espírita do Estado de São Paulo e a Liga Espírita do Estado de São Paulo, decidiram de comum acordo, fundar uma nova instituição e entregar a ela a coordenação do movimento paulista.

Assim, no dia 6 de janeiro de 1946, é fundada a USE - União Social Espírita e convocado um congresso para definir a estrutura da nova entidade, realizado no período de 1 a 5 de junho de 1947, sob a denominação de 1º Congresso Espírita do Estado de São Paulo, com a presença de 551 centros. O movimento nacional, porém, continuava acéfalo. A FEB nada fazia pela unificação. A Liga Espírita do Brasil, por sua vez, apesar de seus grandes quadros e projetos ambiciosos, nunca deixou de ser um órgão regional, sem força no resto do país.

Tendo em vista os resultados do congresso paulista e a situação geral, Edgard Armond, secretário geral da FEESP e presidente da USE, propôs pelas páginas do jornal o Semeador a realização de um congresso espírita nacional, a fim de comemorar o centenário dos fenômenos de Hydesville e discutir a organização do movimento espírita brasileiro. A proposta obteve a simpatia de diversas federações estaduais, mas também foi muito criticada, sob a acusação de que iria tumultuar ainda mais o movimento, criando uma terceira federativa nacional.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Temendo o confronto entre os paulistas e o pessoal da Avenida Passos, Roberto Pedro Michelena, na época presidente da FEERS, escreveu duas cartas a Armond apelando para que a USE se filiasse à FEB, mudasse o caráter do congresso de nacional para centro-sulino e oferecesse a direção do projeto à chamada Casa de Ismael (3).

Atendendo às sugestões de Michelena, Edgard Armond, através da FEESP, enviou uma carta à Federação, datada de 11 de setembro de 1947, informando que o estado de São Paulo pretendia realizar um congresso nacional, mas como diversas federativas estaduais defendiam que o patrocínio do certame cabia à FEB, o movimento paulista transferia a ela a solução do caso (4).

Mais de dois meses se passaram sem resposta. No dia 4 de dezembro de 1947, a FEERS, através de Pedro Michelena, dirigiu-se em carta à FEB, pedindo que ela respondesse favoravelmente ao convite dos confrades paulistas e encampasse a idéia do congresso (5).

Finalmente a Federação Espírita Brasileira respondeu à FEESP no dia 28 de dezembro de 1947, informando que não patrocinaria o evento. Diz a carta em certo trecho: "... na hora presente asoberbam-nos dificuldades e copioso trabalho, empenhados que estamos na conclusão de obras vultosas, que nos consumirão cerca de três milhões e quinhentos mil cruzeiros, ampliando o nosso Departamento Editorial (...).

Ficaremos, assim, à margem do caminho, sem razões imperiosas que nos levem à precipitação do vosso (...) empreendimento, porque o julgamos, para nós, deveras inoportuno" (6).

Muito embora a Federação realmente estivesse muito atarefada com a instalação do seu parque editorial, acreditamos que outros fatores pesaram na sua decisão. Mesmo inoperante no setor federativo, a FEB considerava-se senhora e dona do movimento, acreditando que só ela tinha o direito de sugerir encontros nacionais. Dentro dessa acanhada visão, se a Federação concordasse com o projeto da FEESP estaria dando prova da fraqueza e subordinação. Desnecessário dizer que a posição dos confrades da Avenida Passos estava completamente equivocada.

Ao contrário do convite da Constituinte Espírita de 1926, a convocação da federação paulista não tinha o propósito de subordinar a FEB a nenhuma outra instituição. A intenção era inversa: fazer com que a chamada Casa-Máter assumisse de fato a direção do movimento espírita brasileiro. Além do mais, por muitos anos a FEB não reconheceu a autoridade e importância dos congressos espíritas (7).

Com a negativa da Federação, a FEESP entregou a coordenação do congresso à USE. Havendo concordância quanto à realização do evento em São Paulo, foi enviado aos estados o "Plano do Congresso" com os objetivos do encontro: Unificação do Espiritismo Nacional. Sistema a adotar. O documento dizia resumidamente o seguinte: "A necessidade (...) de um organismo representativo (...) é (...) ponto pacífico (...). Existem duas entidades na Capital Federal" (8) "que podem tomar posição nesse terreno, mas cuja atuação tem sido deficiente e improdutiva (...). O problema está (...) em se reconhecer algumas dessas entidades ou criar um organismo novo (...). A essa entidade (...) todas as entidades estaduais deverão dar (...) apoio moral e material, nela se filiando imediatamente (...)" (9).

A campanha contra o congresso aumentou. As federações dos estados de Mato Grosso e Rio de Janeiro, que a princípio concordavam com o projeto, retiraram seu apoio.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Autoritária e revanchista, a FEB desligou de seus quadros as federativas de Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina (10).

Apesar de tudo, a USE continuou a trabalhar. O grande encontro foi marcado para os primeiros dias de novembro de 1948 e, a princípio, tomou a designação de 1º Congresso Espírita Centro-Sulino pelo fato de não contar com a participação de todos os estados.

Todavia, ficou combinado que o plenário do congresso poderia mudar a denominação do mesmo. Antes da realização do evento, Francisco Spinelli, sucessor de Michelena na presidência da FEERS, foi ao Rio de Janeiro pedir que a Federação enviasse ao menos um observador ao Congresso, a fim de avaliar a seriedade da reunião. A tentativa foi inútil.

Pouco antes daquele que seria o 1º Congresso Centro-Sulino, realizou-se no Rio de Janeiro, no período de 18 a 25 de julho de 1948, outro importante acontecimento doutrinário: o 1º Congresso de Mocidades do Brasil, organizado pelo revolucionário Leopoldo Machado.

A exemplo dos confrades paulistas, Leopoldo perguntou à FEB se ela desejava patrocinar a primeira reunião dos moços espíritas brasileiros. A casa da Avenida Passos mais uma vez recusou-se a participar. Ante a negativa da Federação, o inesquecível baiano teria dito: "Wantuil, eu não vim pedir nada, vim oferecer. Se vocês recusam minha oferta, paciência. O congresso de mocidades espíritas se realizará" (11). Diante disso, a Liga Espírita do Brasil assumiu o patrocínio do encontro. O congresso foi um grande sucesso com a presença de cerca de 500 jovens de todo o Brasil e a fundação do Conselho Consultivo de Mocidades Espíritas do Brasil.

Voltemos ao Centro-Sulino. O Congresso realizou-se no período de 31 de outubro a 3 de novembro de 1948 na cidade de São Paulo, com a presença das federativas de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Os estados do Rio de Janeiro, Bahia, Sergipe, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Mato Grosso e Pernambuco estiveram representados por pessoas físicas.

Por sugestão do Prof. Leopoldo Machado, os congressistas deliberaram mudar o nome do evento para o 1º Congresso Brasileiro de Unificação Espírita. O plenário ficou dividido quanto ao papel da Federação Espírita Brasileira. Enquanto alguns congressistas queriam que ela assumisse a direção do movimento, muitos a criticaram duramente e propuseram a criação de um novo esquema federativo. Depois de muitas discussões, o Congresso chegou a uma posição de consenso, que, de certa forma, favorecia os simpatizantes da FEB.

As deliberações foram as seguintes: a) criar o Conselho Federativo Nacional, sediado na capital federal, composto de um representante de cada estado; b) O Conselho poderia ter independência jurídica ou ser organizado em torno de instituição já existente, desde que ela se adaptasse à condição de entidade federativa nacional; c) a coordenação dos estudos para a criação desse novo órgão ficaria entregue à Federação Espírita do Estado do Rio Grande do Sul; d) a FEERS, no prazo de 1 ano, deveria convocar um novo congresso para regulamentar definitivamente o funcionamento do Conselho Federativo Nacional (12).

Dentre outros, estiveram presentes os seguintes confrades: Noraldino de Melo Castro, Camilo Chaves e Bady Cury de Minas Gerais; Pedro Michelena e Francisco Spinelli do Rio Grande do Sul; Osvaldo Melo de Santa Catarina; João Ghignone, Francisco Raitani e Abibe Isfer do Paraná; Leopoldo Machado, do Rio de Janeiro; Pedro de Camargo (Vinícius), Edgard

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Armond, Carlos Jordão da Silva, Júlio de Abreu Filho, Apolo Oliva Filho, Jaime Monteiro de Barros, Wilson Ferreira de Melo e Herculano Pires, de São Paulo.

Encerrado o evento, Michelena e Spinelli voltaram ao Rio de Janeiro, a fim de levar ao conhecimento da Federação as resoluções do encontro. Os companheiros gaúchos, que arrancaram do plenário a possibilidade de novo Conselho Federativo se organizar em torno de uma instituição já existente, tinham esperança de que a FEB se propusesse a encampar o projeto. Todavia, os diretores da federação ficaram indignados com as críticas contidas na gravação do Congresso. Mais uma vez, a tentativa da FEERS redundou em fracasso (13).

Frustrados todos os esforços junto à chamada Casa-Máter, os gaúchos regressaram a sua terra natal e começaram a trabalhar na organização do novo órgão federativo, escrevendo uma "Carta Aberta" aos espíritas do Rio Grande do Sul. Diz o documento em determinado trecho: "... a casa de Ismael incrementou de forma excepcional a propaganda gráfica da Doutrina (...). (...). Há, entretanto, um reparo a fazer (...), (...). A atual organização federativa não corresponde ao vulto e transcendência dos problemas (...) que aguardam soluções (...), (...). A fórmula prática foi indicada pelo Congresso (...): a criação no Rio de Janeiro do Conselho Federativo Nacional (...). A esse órgão (...) caberá a representação do Espiritismo brasileiro" (14).

Quase um ano depois, a FEERS ainda não havia resolvido o problema da unificação do movimento espírita nacional. Extremamente insistente, a entidade sulina ainda não havia desistido de armar o novo esquema federativo em torno da Federação Espírita Brasileira. Apesar dos esforços do grande Lins de Vasconcelos, que servia de intermediário entre as duas instituições, a FEB continuava arredia. A FEERS estava quase desistindo e convocando um novo congresso para regulamentar o Conselho Federativo Nacional sem a FEB, quando os acontecimentos tomaram um rumo inesperado. O fato se deu durante o 2º Congresso Espírita Pan-americano, organizado pela CEPA - Confederação Espírita Pan-americana e pela Liga Espírita do Brasil, realizado no Rio de Janeiro no período de 3 a 12 de outubro de 1949, no qual compareceram quase todos os participantes do 1º Congresso Brasileiro de Unificação Espírita.

No dia 2 de outubro, após a última reunião preparatória do Congresso Pan-americano, Noraldino de Melo Castro, de Minas Gerais e os delegados gaúchos, Pedro Michelena, Francisco Spinelli, Felisberto Peixoto e Marcírio C. de Oliveira, saíram conversando pelas ruas do Rio de Janeiro. O assunto era a unificação.

Sonhavam os confrades em aproveitar a presença, no Rio, dos principais elementos do Congresso de Unificação para tentar a última cartada com a Federação Espírita Brasileira. Por volta das 23 horas pararam na Cinelândia, conjecturando como agir. De repente, sem que houvesse combinação prévia, levados por diferentes motivos, foram surgindo dos diversos pontos da praça os representantes dos demais estados envolvidos: Osvaldo Melo, de Santa Catarina; Carlos Jordão da Silva, de São Paulo; João Ghignone, Abibe Isfer e Francisco Raitani, do Paraná.

Todos concordaram que a reunião continuaria na manhã seguinte. No dia 3 de outubro, segunda-feira, data de aniversário de Allan Kardec, os batalhadores da unificação, reunidos no apartamento de Carlos Jordão da Silva, no Hotel Serrador, decidiram ligar para Lins de Vasconcelos, pedindo que ele marcasse uma reunião entre eles e Wantuil de Freitas. Wantuil mandou responder que os receberia no sábado, dia 8, por ocasião da reunião de diretoria da

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Federação. A resposta foi recebida com consternação. Bady Cury, que havia chegado de Belo Horizonte naquela manhã, ficou indignado e pediu que Lins avisasse ao presidente da FEB que daquela forma o encontro não seria possível, pois a delegação de seu estado regressaria a Minas Gerais no dia 6 de outubro, quinta-feira, e que por isso, a reunião precisava ser antecipada.

No encerramento da reunião, Guillon Ribeiro comunicou-se através da mediunidade de Osvaldo Melo, afirmando que o momento era decisivo e que o Conselho Federativo Nacional devia ser instalado naquela semana, mesmo a título provisório. À noite, após a abertura oficial do Congresso Pan-americano no Teatro João Caetano, Lins de Vasconcelos jubilosamente comunicou aos companheiros que Wantuil de Freitas concordara em antecipar a reunião para o dia 5 de outubro, quarta-feira, às 15 horas. Ato contínuo, Lins pediu a Michelena que redigisse a minuta do acordo a ser tentado com a Federação.

No dia estabelecido, todos os interessados acorreram à Avenida Passos. Leopoldo Machado, que não estava participando do Congresso Pan-americano em decorrência do falecimento da esposa, decidiu passar na livraria da FEB, a fim de comprar o último livro do médium Chico Xavier. Chegando lá, encontrou-se acidentalmente com os demais companheiros do Congresso de Unificação e foi convidado a participar da reunião. É ele quem nos conta detalhes do encontro: "Os abraços (...) se sucediam antes da magna sessão, que se realizou lá em cima, no segundo andar. Presidiu-a o presidente da Federação. Ficávamos à parte (...), pois teríamos de sair antes de terminar o ágape excepcional. Mas as circunstâncias nos arrastaram, mau grado nosso, ao lado do presidente, entre ele e o Lins de Vasconcelos, de frente do Vinícius. Casualidade ou determinismo? Determinismo, talvez, para apreendermos um pouco de tolerância e mansidão com o Lins de Vasconcelos e arrancamos, de uma vez e mais depressa, as farpas que andamos, por força de pontos de vista contrariados, espetando na sensibilidade do Vinícius e do Wantuil (...). Fomos, assim, um convidado dos Espíritos para a reunião do Pacto Áureo. Convite que os homens, aliás, endossaram, arrastando-nos à mesa, cercado-nos de considerações alegrando-se com a nossa presença" (15).

Surpreendentemente, o presidente da FEB, depois de inúmeras tentativas, decidiu-se a entrar num acordo com as federativas estaduais. Wantuil de Freitas, todavia, antecipou-se aos demais participantes da reunião e colocou a proposta de unificação da Federação, que, infelizmente, foi aceita sem discussão. A boa vontade, humildade, complacência e certa ingenuidade dos representantes estaduais, fez com que eles aceitassem o atrelamento do novo Conselho à entidade da Avenida Passos: o CFN seria uma espécie de departamento da FEB, num verdadeiro contra-senso jurídico e institucional.

Além disso, as sociedades adesas deveriam fornecer uma lista tríplice para que a Federação escolhesse o representante de cada estado no referido órgão. Leopoldo Machado comenta o fato: "Vimos (...) que a existência da lista tríplice, conferindo ao presidente da FEB autoridade discricionária (...), seria motivo de desentendimentos (...), (...). (...) uma organização à parte, em que a FEB entrasse como outra qualquer instituição (...), embora gozando (...) de maiores distinções (...) por seu passado (...), daria muito mais certo. E teríamos dito isso, se fosse o caso de discutir o plano. Aceitamo-lo, contudo, e disso não nos arrependemos. Era 10% que se obtinha, depois de tantas lutas e percalços. Quem já obteve 10%, conquistou naturalmente alguma coisa mais do que zero" (16).

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

A Liga Espírita do Brasil se compromissava a abrir mão de sua condição de federativa nacional, desde que sua assembléia aprovasse o acordo. Como o presidente da Liga, Aurino Souto, estava ausente em decorrência das atividades do Congresso Pan-americano, Lins de Vasconcelos assinou o documento pela instituição. Além de Lins, assinaram a ata os seguintes confrades: Wantuil de Freitas pela Federação Espírita Brasileira; Pedro de Camargo (Vinícius) e Carlos Jordão pela USE; Noraldino de Melo Castro e Bady Cury pela União Espírita Mineira; Osvaldo Melo da Federação Espírita Catarinense; João Chignone e Francisco Raitani pela Federação Espírita do Paraná; Francisco Spinelli, Pedro Michelena, Felisberto Peixoto, Marcírio Cardoso e Jardelino Ramos pela Federação Espírita do Estado do Rio Grande do Sul (17).

Depois de firmado o documento, Wantuil convidou Vinícius a proferir a prece final. Após a oração, quando todos ainda se encontravam concentrados, Guillon Ribeiro novamente se manifestou, através da mediunidade de Osvaldo Melo, falando da alegria que a assinatura do acordo proporcionara no mundo espiritual.

Na reunião do Grupo Ismael, principal sessão mediúnica da Federação, realizada naquele dia, logo após o encerramento da assembléia, foi recebido mais duas mensagens de apoio à unificação dos espíritas brasileiros: uma no início, do Espírito Bittencourt Sampaio e outra, no final, do próprio Ismael. No dia 8 de outubro de 1949, Lins de Vasconcelos escreveu um artigo para o jornal que dirigiu o histórico Mundo Espírita, noticiando o importante evento: "5 de Outubro, Dia Áureo da Confraternização Espírita".

Nesse artigo, Lins lançou e celebrizou a expressão "Pacto Áureo", que todos nós usamos quando nos referimos ao acordo assinado entre a FEB e as federativas estaduais: "... no dia 5 do corrente foi realizado um encontro em que as nossas instituições mais expressivas, reunidas na sede da Federação Espírita Brasileira, celebraram o Pacto Áureo da Confraternização Geral dos Espíritas do Brasil".

No Domingo, dia 9, no programa radiofônico "Hora Espiritualista João Pinto de Souza", Wantuil de Freitas contou que quando assumiu a presidência da FEB recebeu duas mensagens, transmitidas por médiuns diferentes. A primeira toda a agitação ocorrida nos últimos anos, afirmando que após os conflitos todas as sociedades estaduais voltariam a se reunir em torno da Federação. A segunda anunciava que o armistício seria selado no final daquele ano (18).

Resta saber se Wantuil dificultou as coisas por dois anos, apenas para que se cumprisse a profecia de seus amigos espirituais. Essa hipótese pode parecer estapafúrdia, todavia, não podemos esquecer o misticismo que caracteriza os dirigentes da Federação Espírita Brasileira. Sobre isso, devemos recordar as sábias palavras de Allan Kardec: "Os bons Espíritos fazem que as coisas futuras sejam pressentidas, quando esse procedimento convenha; nunca, porém, determinam datam. A previsão de qualquer acontecimento para uma época determinada é indício de mistificação" (19).

Os demais participantes do 2º Congresso Espírita Pan-americano tomaram conhecimento da assinatura do Pacto Áureo na noite do dia 5 de outubro, através do confrade Arnaldo São Thiago, que anunciou solenemente a unificação do Espiritismo no Brasil. Composto em sua maioria por espíritas que não aceitavam a orientação doutrinária da FEB, o plenário do Congresso Pan-americano não reagiu bem à novidade.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Os congressistas não concordavam que um assunto de tal importância tivesse sido tratado à revelia de um congresso internacional, reunido exatamente para discutir a difusão e organização do Espiritismo no continente americano. Acusava-se também a FEERS de não haver cumprido as resoluções do 1º Congresso Brasileiro de Unificação Espírita, que determinava que ela divulgasse as conclusões de seus estudos, antes de regulamentar o funcionamento do Conselho Federativo Nacional. O que mais revoltava, porém, era a subordinação do CFN à Federação Espírita Brasileira. O constrangimento foi geral (20).

No dia 14 de novembro de 1949 foi conseguida a unificação do movimento jovem. A União das Juventudes Espíritas do Distrito Federal, fundada em 31 de agosto de 1947 e ideologicamente ligada à FEB, fundiu-se com o Conselho Consultivo de Mocidades Espíritas do Brasil, saído do 1º Congresso de Mocidades Espíritas do Brasil de julho de 1948, criando o Departamento de Juventude da Federação Espírita Brasileira. Mais uma vez a boa vontade prevaleceu sobre o bom senso.

Clóvis Ramos, um dos defensores da fusão, atualmente tem outra opinião sobre o acordo: "Não podia (...) ter desaparecido o Conselho Consultivo (...), nem a União (...). Esta se estava resolvida a ceder para unir, ao ceder para unir, deveria ter admitido a supremacia de uma entidade surgida de um congresso nacional, e que tinha maior penetração (...). A União se confraternizaria com o Conselho (...), que teria, por sua vez, representação no CFN da Federação Espírita Brasileira. Mas foi tudo diferente. Extintas ambas as associações federativas, surgiu o Departamento de Juventude da Federação Espírita Brasileira, formado de elementos da União e do Conselho Consultivo. Fácil se tornou depois, e não demorou muito, o afastamento pelo Dr. Wantuil de Freitas dos que vinham do Congresso, das lides revolucionárias de Leopoldo Machado (21). Para a efetivação final do Pacto Áureo faltava a transformação da Liga Espírita do Brasil em entidade federativa regional. A assembléia que trataria do assunto realizou-se no dia 20 de novembro de 1949, às 15 horas.

Havia uma grande expectativa no ar. Aurino Souto, presidente da Liga e defensor da proposta, iniciou a reunião lendo a ata do acordo. Depois do discurso do presidente, Henrique Andrade tomou a palavra, analisando os termos do documento e criticando o projeto. Lippman Tesch concordou com a posição de Andrade, afirmando que o livro Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho, do espírito Humberto de Campos, psicografado por Francisco Cândido Xavier e citado na ata do acordo, possuía muitos erros históricos e doutrinários, como a elogiosa citação a J. B. Roustaing. Sebastião Tourinho discordou dos dois companheiros e louvou a atitude conciliadora de Aurino Souto e Lins de Vasconcelos. Entraram na discussão os confrades Henrique Magalhães, José Fernandes, Constantino Gomes e J. B. Chagas.

A fim de asserenar os ânimos, Francisco Tiago propôs que se criasse uma comissão para estudar o assunto. A proposta não foi aprovada pelo plenário. Orlando Sobreira fez então um apelo em favor da compreensão geral e pediu que se encerrasse a discussão. A sugestão foi aceita. Diante disso, Aurino Souto submeteu o assunto à votação, cujo resultado foi o seguinte: a) pela aprovação do acordo: 78 votos; b) contra a aprovação do acordo: 13 votos; c) abstenções: 10.

Deolindo Amorim, na época secretário geral da Liga, foi um dos que votaram contra a aceitação da proposta. Em carta a nós dirigida, no dia 30 de setembro de 1983, ele explicou a sua decisão: "Fui contra o acordo de 49, depois chamado de Pacto Áureo porque não

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

concordei com a forma, o modo político" (grifo dele) "pelo qual se realizou o plano, trabalhado em segredo. Não houve assembléia antes. Tudo já veio preparado". Em virtude da resolução da assembléia ficou resolvido que a Liga Espírita do Brasil faria parte do Conselho Federativo Nacional e teria sua atuação reduzida ao âmbito do Distrito Federal, adequando seu nome à nova situação (22).

Os defensores do Pacto Áureo haviam obtido mais uma vitória. No entanto, o novo plano de unificação estava longe de ser unânime. Além dos companheiros já citados, posicionaram-se contra o Pacto os seguintes confrades: Arlindo Correia da Silva, Abstal Loureiro, Olívio Novaes, J. Alves de Oliveira, Amadeu Santos, Júlio de Abreu Filho, Pereira Guedes, Alfredo de Alcântara e Herculano Pires, todos com expressiva participação nas lides doutrinárias. Como o Norte e o Nordeste se mantivessem alheios ao Pacto Áureo, Wantuil de Freitas pediu a Leopoldo Machado que fizesse uma visita aquelas duas regiões do país, noticiando o aparecimento do Conselho Federativo Nacional: "... o ilustre presidente da Federação Espírita Brasileira nos sugeriu, por telefone, em fins de 1949, uma excursão ao Norte. Só seria possível no ano seguinte. A querida esposa havia desencarnado e nós havíamos voltado à direção do Ginásio. (...). "Fomos, efetivamente, em fins de 1950" (23). Nesse ínterim, o CFN foi oficialmente instalado no dia 1º de janeiro de 1950, substituindo o antigo Conselho Federativo da FEB, reunido apenas duas vezes num período de 24 anos.

No dia 31 de outubro, Lins de Vasconcelos, Leopoldo Machado, Francisco Spinelli, Carlos Jordão da Silva e Ary Casadio partiram do Rio de Janeiro, iniciando a sonhada excursão ao Norte e Nordeste do país, com a finalidade de defender o novo plano de unificação. Foi a chamada "Caravana da Fraternidade", que se encerrou no dia 13 de dezembro de 1950 em Belo Horizonte, depois de cumprir o seguinte roteiro: Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Teresina, São Luiz, Belém e Manaus. O trabalho da Caravana, que a partir de Recife contou com a presença de Luiz Burgos Filho, consistiu em divulgar o Pacto Áureo, conseguir adesões ao CFN, tentar unificar os movimentos locais e fundar entidades federativas. O relato dessa magnífica viagem está narrado no livro A Caravana da Fraternidade de Leopoldo Machado (24).

Notas:

(1) "A. Wantuil de Freitas - Um Hino ao Trabalho (Final)", Indalácio Mendes, REFORMADOR, maio de 1976, p. 15.

(2) Boa parte de nossa pesquisa sobre o Pacto Áureo foi feita com base no livro DA UNIFICAÇÃO DOS ESPÍRITAS NO BRASIL, obra inédita do saudoso Noraldino de Melo Castro. O livro foi concluído em 1969 e oferecido pela primeira vez à FEB na gestão de Armando de Oliveira Assis (1970 a 1975). No entanto, Luciano dos Anjos levou Assis a devolver os originais: "Admirava e ainda admiro esse confrade mineiro. Mas fui obrigado a sugerir ao presidente da FEB que rejeitasse o livro, pois não tinha o menor cabimento que ela lançasse ao público uma versão capenga da história do Pacto Áureo. No seu livro, quem menos tinha importância e atuação era a FEB" ("A Posição Zero". OBREIROS DO BEM, outubro/novembro de 1979). Mais uma vez Luciano torceu a verdade. Noraldino foi um dos artífices do Pacto, nutria um acendrado amor pela Federação e era incapaz de falsear os fatos, a fim de favorecer esse ou aquele grupo. Desta forma, desfiamos o amigo Luciano dos Anjos a provar que o "confrade mineiro" estava errado. Noraldino voltou a oferecer o livro à FEB em junho

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

de 1986. Esperávamos que a atual direção da casa, mais sensível, realista e liberal, possa aproveitar o trabalho desse incansável batalhador da unificação.

(3) DA UNIFICAÇÃO DOS ESPÍRITAS NO BRASIL, p. 81.

(4) Idem, p. 69.

(5) Idem, p. 84.

(6) Idem, p. 70.

(7) "O Atalho - 5ª parte", Luciano dos Anjos, REFORMADOR, dezembro de 1973, p. 11.

(8) O documento refere-se à Federação Espírita Brasileira e à Liga Espírita do Brasil.

(9) DA UNIFICAÇÃO DOS ESPÍRITAS NO BRASIL, p. 68.

(10) Idem, p. 72.

(11) Depoimento pessoal de Abstal Loureiro.

(12) DA UNIFICAÇÃO DOS ESPÍRITAS NO BRASIL, p. 76.

(13) Idem, p. 32.

(14) Idem, p. 86.

(15) A CARAVANA DA FRATERNIDADE, Leopoldo Machado, Editora do Lar de Jesus, 1954, p. 302.

(16) Idem, p. 304.

(17) A ata do Pacto Áureo pode ser encontrada no REFORMADOR de setembro de 1979, p. 35.

(18) DA UNIFICAÇÃO DOS ESPÍRITAS NO BRASIL, p. 117.

(19) O LIVRO DOS MÉDIUNS, Capítulo XXIV, Item 267, 8ª recomendação (p. 325 da 45ª edição da FEB).

(20) "Trinta e cinco anos depois do Pacto Áureo", Abstal Loureiro, JORNAL ESPÍRITA de março de 1985, acrescido de informações pessoais do autor.

(21) PRIMAVERA QUE DESPONTA, Clóvis Ramos, Editora Letras Espíritas, 1970, p. 37.

(22) A ata da assembléia está publicada no número de dezembro de 1949 da REVISTA DA FRATERNIDADE, p. 154.

(23) A CARAVANA DA FRATERNIDADE, p. 154.

(24) Esse livro infelizmente está esgotado, O volume que possuímos nos foi oferecido pelo "Pequeno gigante" José Jorge.

5. O Pacto Áureo na berlinda

Como vimos à aceitação do Pacto Áureo não foi geral, pois diversos confrades se posicionaram contra o célebre acordo. Na imprensa, dois jornais assumiram essa trincheira: "O Poder" e o "Almenara". "O Poder" foi fundado em Belo Horizonte, em 1947, por Arlindo Correia da Silva (1). Apesar de ser grande amigo de Leopoldo Machado, Arlindo foi um dos primeiros a criticar o Pacto, escrevendo, em 1952, uma série de artigos contra o novo plano federativo. Alguns desses artigos receberam a réplica de Leopoldo Machado no próprio jornal e outros foram respondidos no livro A Caravana da Fraternidade (2). É de Arlindo o famoso trocadilho "Pato Áureo", até hoje utilizado para depreciar o acordo de 49.

O Almenara foi fundado no Rio de Janeiro, em 1952, por Antonio Pereira Guedes e tinha uma linha editorial ainda mais agressiva. Durante 8 anos o jornal carioca não deu trégua à Federação Espírita Brasileira. Se não bastasse a aceitação da obra de J. B. Roustaing, a FEB, criou outro problema para a frágil unificação do movimento. Em 1953, o Conselho Federativo

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Nacional, influenciado pelas idéias pessoais de Wantuil de Freitas (3), chegou à conclusão de que a umbanda podia ser classificada como Espiritismo, embora não fosse Doutrina Espírita (?). Essa esdrúxula tese foi consubstanciada em dois documentos: "Esclarecendo Dúvidas" (4) e "Conceitos Elucidativos" (5).

Evidentemente, a esmagadora maioria dos espíritas não aceitou essa definição absurda. Analisando a questão, Pereira Guedes escreveu no *Almenara*: "Instalou-se o Conselho e das listas tríplices o presidente escolheu os nomes daqueles que (...) deveriam representar as federações estaduais, sem contrariar o "pontífice" que, na primeira oportunidade, poria em ação o seu plano de chefe arbitrário, tal como está acontecendo (...). A partir de 1943, a única preocupação do presidente é o Departamento Editorial (...).

Só a indústria do livro lhe interessa e a Doutrina tornou-se para ele coisa de somenos (...). O estoque é imenso e pequena a praça para a venda da enorme produção. (...) Para tanto, surge a propaganda: "Umbanda em direção a Kardec. Mas que livros serão vendidos em consequência dessa propaganda?" (6) No final de 1958, Wantuil proibiu a circulação do *Almenara* nas dependências da Federação. No início de 1959, correu o boato de que o Pacto Áureo ia ser rompido antes de completar seu 10º aniversário. O ambiente estava tenso. O confrade Alfredo Molinaro vinha desfechando violenta campanha contra Emmanuel, André Luiz, Humberto de Campos, Chico Xavier e Wantuil de Freitas nas páginas do *Almenara*. Todavia, Indalicio Mendes saiu em defesa da Federação: "Ao chegar à promulgação do Pacto Áureo, a FEB reiterou sua confiança na unificação (...). (...) Os que dela divergem (...), precisam atentar (...) que (...) a FEB tem subsistido a todas as dificuldades (...). (...) As divergências (...) são pretexto desejado pelos inimigos do Espiritismo e é a FEB que estão reservados os golpes mais fortes (...), por saberem-na a Casa-Máter da Doutrina no Brasil" (7).

Em março, Indalicio critica a agressividade dos anti-febianos: "Os inimigos (...) do Espiritismo são menos temíveis do que aqueles que, supondo-se espíritas (...), procedem de maneira inteiramente contrária ao que preceitua a Doutrina" (8). Em junho, repete-se a dose: "... dentro do Espiritismo encontramos pessoas que conservam as mesmas atitudes negativas que trouxeram ao ingressar em nossa seara" (9). O tiroteio continua. Olívio Novaes faz a pesada crítica a Wantuil em *O Semanário* e Molinaro chama o presidente da FEB de fradezinho no *Almenara* (10). Nesta mesma época, circulou um prospecto pelos centros do Rio de Janeiro acusando os membros do CFN de estarem servindo, consciente ou inconscientemente, à causa de J. B. Roustaing (11). Numa reunião ordinária do CFN, a União Espírita Mineira solidariza-se com a FEB reafirmando sua confiança no Pacto Áureo (12). Afinal, chegou-se a outubro e o polêmico acordo completou 10 anos de existência.

A FEB, preocupada em não acirrar os ânimos, foi extremamente lacônica na comemoração do evento (13). O *Almenara*, porém, não deixou por menos: "Está provado que o Pacto Áureo é uma balela e o Conselho Federativo não tem nenhuma autoridade..." (14).

Herculano Pires também usou as páginas do jornal para criticar o acordo federativo: "Hoje, enquanto grassa a confusão (...), a USE permanece manietada pela algema dourada do Pacto Áureo, cuja chave está nas mãos do presidente da FEB..." (15).

De fato, naquela época o CFN era muito pouco representativo. As reuniões do Conselho eram mensais e extremamente repetitivas, o que fazia com que a maioria das federativas indicasse os próprios diretores da FEB para representá-las. Por causa disso, os encontros do CFN eram quase que uma extensão das reuniões de diretoria da Federação.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Apesar de todas as críticas, a Federação Espírita Brasileira foi mais uma vez vitoriosa. O Pacto Áureo não foi rompido e Wantuil de Freitas ficou mais 11 anos na direção da casa. Ironizando os adversários da FEB, Luciano dos Anjos escreveu: "Quanto ao general Alfredo Molinaro, ninguém fala mais dele, e tanto Emmanuel, como André Luiz e Humberto de Campos já o terão perdoado. O Almenara, em plena campanha contra a FEB, escrevia: "Com a cooperação de todos os amigos, o Almenara viverá. Morreu!"(16).

Em 1970, Wantuil passou a direção da FEB a Armando de Oliveira Assis, após 27 anos no comando da instituição. A versão oficial diz que o velho presidente decidiu não se candidatar à reeleição, em decorrência de sua idade avançada e saúde combalida (17).

No entanto, existem registros (não oficiais) de que Freitas desistiu de sua candidatura quando descobriu que havia um grupo, liderado pelo próprio Armando, que desejava a sua saída. Este grupo, embora tivesse total afinidade ideológica com Wantuil, considerava-o já muito velho para imprimir as mudanças de que a Federação necessitava. Foi assim que Armando Assis assumiu a presidência da FEB, com a intenção de modernizá-la.

Notas:

- (1) Arlindo Correia da Silva está com 78 anos e mora num bairro afastado da Grande Belo Horizonte. A nosso pedido, o confrade Antônio Espeschit foi entrevistá-lo, mas, em decorrência de sua idade avançada, Arlindo não pode colaborar muito em nossa pesquisa. Dentre as poucas informações que conseguiu prestar, está a de que Cícero Pereira e Camilo Chaves, ex-presidentes da União Espírita Mineira, eram contrários ao Pacto Áureo.
- (2) A Caravana da Fraternidade, Leopoldo Machado, Edição do Lar de Jesus, 1954, pp. 300 a 314.
- (3) Conta-se que Wantuil de Freitas tinha um especial carinho por pretos-velhos e caboclos.
- (4) Reformador, junho de 1953.
- (5) Reformador, julho de 1953.
- (6) "Falando claro, como sempre", Almenara, julho de 1953.
- (7) "Em marcha segura para o porvir", Reformador, janeiro de 1959.
- (8) "Exemplifiquemos a doutrina", Reformador, março de 1959.
- (9) "Paciência, irmãos!", Reformador, junho de 1959.
- (10) O Semanário, número 144 e Almenara, julho de 1959.
- (11) Consta que Alfredo Molinaro teria sido o autor da iniciativa.
- (12) Reformador, julho de 1959.
- (13) Apenas 26 linhas no Reformador de novembro de 1959.
- (14) Outubro de 1959.
- (15) Novembro de 1959.
- (16) Obreiros do Bem, outubro/novembro de 1979. O Almenara parou de circular em 1960. Alfredo Molinaro tem duas biografias publicadas: uma no livro Personagens do Espiritismo de Antonio Lucena e Paulo A. Godoy, Edições FEESP, p. 25, e outra na obra Idéias e Reminiscências Espíritas de Deolindo Amorim, Instituto Maria, p. 111. Molinaro, Deolindo Amorim e Júlio de Abreu Filho foram vistos pelo médium Divaldo Pereira Franco na penúltima reunião do CFN (novembro de 1987). Segundo Divaldo, esses três Espíritos reconsideraram suas posições no Plano Espiritual e agora estão apoiando o trabalho de unificação do movimento, via Conselho Federativo Nacional (Reformador, outubro de 1988, p. 34).

(17) Reformador, setembro e outubro de 1970.

6. O atalho

Armando de Oliveira Assis assumiu a presidência da FEB promovendo mudanças. Em outubro de 1970, durante a primeira reunião do Conselho Federativo Nacional na seccional de Brasília, Assis lançou o projeto das Zonais, com a finalidade de dinamizar as atividades do órgão, tornando-o mais representativo. O plano, definitivamente instalado em abril do ano seguinte, consistia em: a) dividir o país em 4 zonas; b) criar conselhos federativos em cada zona; c) promover reuniões dos conselhos zonais; d) realizar reuniões extraordinárias do CFN em Brasília para unificar as resoluções regionais (1). Em novembro é lançado o lema da nova administração: "Modernizar sem banalizar" (2). No entanto, essa modernização era apenas operacional. Ideologicamente não havia a mínima intenção de inovar. Pelo contrário: uma das metas da nova diretoria era defender desassombadamente as tradições da casa. Isto ficou claro quando a FEB numa reunião ordinária do CFN, realizada no dia 06 de fevereiro de 1971, apresentou em documento, intitulado "Resolução no. 01/71", abrindo fogo contra os confrades que queriam aprofundar o estudo dos problemas políticos, sociais e morais da atualidade. Indalício Mendes, membro da Federação e representante da Paraíba no Conselho, preparou uma extensa justificativa para o seu voto, que, dentre outras bobagens, dizia o seguinte: "Dentro das casas espíritas, somente nos cabe tratar de assuntos pertinentes ao Espiritismo (...). É desaconselhável debater problemas político-sociais e outros, como os relativos à sexualidade..." (3). Na verdade, toda essa falação era contra o chamado MEU - Movimento Espírita Universitário.

O Movimento Espírita Universitário foi fundado em 1961, em São Paulo, e teve três fases distintas. Foi Paranhos quem ampliou o raio de ação do MEU, transformando a revista A FAGULHA no órgão oficial do grupo e incentivando a criação de seccionais em Salvador e Rio de Janeiro. O MEU pretendia aprofundar o estudo do aspecto político e social da doutrina, discutir os problemas comportamentais sem moralismo, implantar a mentalidade universitária entre os espíritas, e fazer uma análise crítica do movimento espírita brasileiro. A reação foi negativa. Febianos e anti-febianos se uniram para combater o grupo universitário, tendo a USE desligado o MEU de seu quadro social (4).

Até Herculano Pires que, no início, apoiava os rapazes do Movimento, passou a criticá-los na imprensa, acusando-os de misturar o Espiritismo com o Marxismo (5). Todavia, em que pese o respeito que temos pela opinião do grande espírita paulista, temos que convir que, pelo menos em suas publicações oficiais, o MEU manteve-se numa linha equilibrada, do ponto de vista doutrinário. O Movimento Espírita Universitário acabou em 1973 (6).

Depois do ataque aos "subversivos" jovens, a FEB voltou-se contra uma velha implicância sua: os cursos de Espiritismo (7). Criticando-os, Luciano dos Anjos escreveu o artigo "Cursilhos de Espiritismo" (8). Luciano era assessor da presidência e uma espécie de superego da diretoria, no que diz respeito à defesa da ideologia da casa. Sua influência sobre o presidente era tão grande, que Armando não tomava nenhuma decisão antes de ouvi-lo. Em 1973, este confrade publicou no Reformador sua famosa série "O Atalho - Análise Crítica do Movimento Espírita", apontando os erros que, segundo ele, vinham sendo cometidos pelos espíritas brasileiros (9). Analisar "O Atalho" é uma tarefa que exige muito cuidado, a fim de separarmos, com critério o joio do trigo. Dos Anjos era (e continua sendo) um febianos roxo.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Muito embora a maioria de suas críticas estivessem corretas, boa parte delas não tinha o menor fundamento. Era apenas a velha cantilena da Federação Espírita Brasileira em roupagem mais moderna.

Feita essa ressalva, o saldo da série pode ser considerado positivo. Principalmente porque foi uma das poucas vezes em que a FEB se posicionou de maneira tão clara e direta. A título de recordação, vamos enumerar os problemas que, segundo Luciano dos Anjos vinham vitimando o movimento. Os itens que não forem comentados têm a nossa concordância:

- 1) Edição de livros repetidos e de baixa qualidade doutrinária.
- 2) Prática de rituais, adoção de símbolos etc.
- 3) Mania de congressos - Luciano afirma que os congressos espíritas não têm autoridade, pois a Doutrina Espírita não reconhece decisões de cúpula. Além disso, acusa os intelectuais espíritas de aproveitarem esses encontros para extravasarem suas pretensões e frustrações. A crítica é absurda. Os congressos espíritas realizados no Brasil nunca tiveram a intenção de legislar sobre Espiritismo, apenas procuram estudar alguns aspectos da Doutrina e cuidar da organização do movimento. Quanto ao comportamento dos congressistas, a FEB sempre viu pedantismo onde só existia cultura doutrinária.
- 4) Divisões classistas e profissionais - O confrade carioca condena as associações de espíritas com a mesma formação profissional (médicos espíritas, jornalistas espíritas, psicólogos espíritas, etc.), sob a acusação de que isso iria quebrar a unidade do movimento. Embora respeitável, seu temor era infundado. A correção do Espiritismo como os vários ramos do conhecimento humano é fator imprescindível para o progresso do mundo. Quem pode executar essa tarefa, senão os próprios especialistas? A única exigência é que essas associações sejam integradas no movimento, a fim de evitar o seu fracionamento.
- 5) Centros com estrutura burocrática altamente sofisticada, tornada mais importante do que a própria Doutrina.
- 6) Assistência social com prioridade sobre o estudo do Espiritismo.
- 7) Submissão dos centros espíritas ao poder econômico de patronos abastados.
- 8) Aceitação de revelações mediúnicas fantasiosas.
- 9) Mistura entre Espiritismo e política - aqui a confusão é total. Não sabemos se por alienação ou má fé. O preclaro jornalista faz confusão entre o sentido prático e o sentido subjetivo de política. Evidentemente ninguém concorda com a propaganda partidária dentro do movimento, no entanto, todos os espíritas têm a obrigação de contribuir para a evolução administrativa e econômica da sociedade, interessando-se por esses assuntos e participando dos movimentos sociais. Não existem posições apolíticas, mas sim suprapartidárias. Aquele que se recusa a participar está apenas colaborando na manutenção do status quo. Vejamos o festival de contradições da referida crítica: "Espiritismo e política são incompatíveis. É inútil tentar um paralelo entre ambos. Ou a criatura faz política ou faz Espiritismo, o que não invalida, é lógico, a hipótese de o político ser espírita. E é até bom que o seja" (?). Luciano era tão "apolítico" que colaborava com a Escola Superior de Guerra em pleno regime militar (10).
- 10) Entendimento autoritário do processo de unificação.
- 11) Programações doutrinárias ruidosas, com bandas de música, faixas, gambiarras, palanques, excursões e foguetório.
- 12) Escolarização do ensino espírita - Luciano dos Anjos condena a formalização do estudo da Doutrina Espírita, pretendida por um grupo de confrades, com a utilização do atual modelo

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

escolar (alunos, professores, pré-requisitos, presença obrigatória, provas e diplomas).

Herculano Pires ia mais longe e defendia a criação de Escolas de Espiritismo, com corpo docente, cobrança de taxas, etc.

(11). No lugar disso, o articulista febiano propôs o fim de todo tipo de curso doutrinário, fazendo a apologia do autodidatismo. Era um exagero no lugar de outro. De fato, o pragmatismo do sistema educacional vigente não se coaduna com o real objetivo do Espiritismo, que é a educação integral do ser. Contudo, está provado que a tese da "desescolarização" total do ensino, proposta por Ivan Illich e Carl Rogers, que Luciano quis implantar no movimento, também não atende às necessidades atuais do homem.

Acreditamos que, nesse caso, deve prevalecer o bom senso. Os cursos espíritas devem evitar, ao máximo, todo tipo de formalismo e exigência, procurando liberalizar o ensino da Doutrina.

13) Integração deficiente do jovem no movimento - Partindo da premissa de que os centros espíritas alienam seus jovens, isolando-os em "mocidades" e "juventudes", o ideólogo da FEB preconiza o fim desses departamentos, a fim de que os moços se integrem imediatamente nas atividades da instituição, assumindo tarefas e dividindo responsabilidades. A intenção era ótima, mas os resultados seriam péssimos. As "mocidades" e "juventudes" são espaços fundamentais para que os jovens enfrentem, em conjunto, os problemas específicos de sua faixa etária, à luz da Doutrina Espírita.

Acabar com eles, é afastar os moços de nosso movimento. Além do mais, a integração pode ser conseguida sem que esses departamentos precisem ser extintos.

14) Idolatria a médiuns e guias.

15) Centros espíritas luxuosos, semelhantes a igrejas.

16) Excessiva reverência a autoridades políticas.

17) Figuras carismáticas no movimento.

18) Ecumenismo.

19) Hinos e musicais espíritas - Com exceção dos hinos dedicados aos guias espirituais (Hino a Scheilla, Hino a André Luiz, etc.), que realmente cheiram a sacristia, não temos nada contra as músicas de cunho doutrinário e evangélico, compostas e cantadas dentro de nossos centros. Consideramo-las uma manifestação artística válida e natural. Luciano dos Anjos, ao contrário, queria varrê-las do mapa, sob a acusação de que elas se pareciam com as velhas ladainhas católicas. A solução é procurar uma estética espírita, evitando também todo tipo de formalismo.

20) Medo de debater assuntos doutrinários controvertidos.

21) Propaganda doutrinária massificada, mal feita e proselitista.

22) Tentativa de subordinar a FEB a organismos espíritas internacionais – No entendimento do controvertido companheiro. "o Brasil não tem por que seguir a reboque de qualquer entidade exterior. Não fomos nós, os brasileiros, que fizemos desta terra o "coração do mundo", a "pátria de Evangelho". Logo, estamos todos muito à vontade para dizer aos confrades e amigos do mundo que, se desejarem nós os recebermos de braços abertos, mas em posições naturalmente invertidas, isto é, o mundo girando a volta do Brasil...". Tamanha pretensão, tamanho salvacionismo, tamanha megalomania não merece muitos comentários. A FEB pode perfeitamente se filiar a entidades internacionais, desde que sua autonomia seja respeitada. Afinal, não é isso que acontece com as federações estaduais que não aceitam a obra de J. B. Roustaing?

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

23) Mistura do Espiritismo com o Marxismo e o Fascismo - É lógico que não podemos misturar o Espiritismo com qualquer doutrina, seja ela política, filosófica ou religiosa, sob pena de perdermos nossa identidade ideológica. Todavia, podemos estudar essas idéias, aproveitando o que elas têm de bom e verdadeiro. O Marxismo, por exemplo, é uma escola filosófica altamente respeitável, na qual podemos colher importantes subsídios sobre a evolução histórica, política e econômica da humanidade, excluindo-se, evidentemente, tudo aquilo que contrariar os postulados fundamentais do Espiritismo. O mesmo não podemos dizer do fascismo, a desprezível doutrina política do ditador italiano Benito Mussolini, que só serviu a seus interesses pessoais. Colocar o Marxismo em pé de igualdade com o Fascismo é um erro imperdoável, do ponto de vista filosófico. O articulista febianista foi traído pelo seu insofreadável anti-comunismo (12).

24) Subordinação do Espiritismo à Parapsicologia.

25) Tentativa de democratizar o sistema federativo - Dizem que Luciano dos Anjos é a reencarnação de Camille Desmoulins, importante figura da Revolução Francesa (13). No entanto, parece que ele andou se esquecendo dos ideais que o levaram a lutar contra o Absolutismo: "Ora, ninguém talvez seja mais democrata do que eu (...). Entretanto, o regime democrático, tal como o conhecemos politicamente, não se ajusta ao movimento espírita. Deus não nos consulta quando tem de nos enviar os messias. (...). Imaginemos os presidentes das federadas sujeitos aos oscilantes pontos de vista dos presidentes de centros espíritas. (...). A mesma situação diz respeito com a Federação Espírita Brasileira. A FEB é reconhecidamente uma instituição extraterrena, não sendo mais do que uma projeção da sua verdadeira sede, que está no Alto. (...) Ora, se a sua diretoria dependesse do voto de instituições externas (...), ela estaria (...) sujeita a confrades que, por sua vez, já haviam sido escolhidos equivocadamente. Teríamos, então, uma inversão muito estranha: A FEB, em vez de orientar o movimento espírita, estaria sendo orientada por ele. (...). (...) sua diretoria jamais (...) será eleita por outro órgão que não o seu Conselho Superior, cujos membros comungam integralmente do programa de Ismael, sem nenhuma divergência". O confrade está completamente equivocado. Como já tivemos oportunidade de demonstrar, em nosso artigo "Federações e Democracia" (14), apenas a democratização do sistema federativo pode unificar, de fato, o movimento. O resto é conversa.

26) Espíritas viciados em passes (papa-passes).

27) Fanatismo pelo guias espirituais.

28) Festanças e promoções, com finalidade proselitista ou beneficente. Como se vê. "O Atalho" foi um caldeirão de erros e acertos. Por causa disso, a série conseguiu desagradar a todos.

Notas:

(1) (2) Reformador, novembro de 1970

(3) Reformador, abril de 1971.

(4) Unificação, julho de 1971.

(5) Revista Internacional de Espiritismo, setembro de 1971 e Unificação, novembro de 1971.

(6) Quem quiser conhecer mais detalhes sobre o Movimento Espírita Universitário deve ler o artigo "MEU: Preservando a Memória" de Eduardo Simões, publicado neste jornal.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

- (7) Não podemos esquecer que a queda de Leopoldo Cirne deveu-se à sua intenção de implantar na FEB um curso sobre mediunidade. Ver a série "Breve História da Unificação - Parte III", Jornal Espírita, junho de 1988.
- (8) Reformador, outubro de 1972.
- (9) O trabalho foi publicado em cinco partes, nos meses de janeiro, março, maio, novembro e dezembro de 1973.
- (10) Luciano escreveu os seguintes trabalhos para a ESG: "O Poder Nacional", "Desenvolvimento e Segurança Nacional", "Planejamento da Segurança Nacional", "Conceito de Mobilização Nacional" e "Objetivos Nacional Permanentes". Essa informação está contida no artigo "Pactos, Sínteses e Utopias", publicado no Reformador de outubro de 1974, p. 27, onde ele também confessa: "Confio em nossos dirigentes. Confio nos governos. Um presidente só chega a ser presidente se assim é do programa do Alto. Ninguém é chefe de estado por acaso. (...). Assim, no meu entender, todo governo deve ser respeitado, acatado, compreendido". Alguém quer atitude mais política do que esta? Sobre esse assunto, recomendamos a leitura do excelente opúsculo ESPIRITISMO E POLÍTICA de Aylton Paiva, editado pela DICESP.
- (11) Tese aprovada pelo IV Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, realizado em Curitiba em 1968, e publicada na REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPÍRITA, número 1, p. 60, EDICEL.
- (12) Existem ótimos livros sobre a correlação do Espiritismo com o Marxismo, suas concordâncias e divergências: PARAPSIKOLOGIA E MATERIALISMO HISTÓRICO de Humberto Mariotti, EDICEL, 1983; ESPIRITISMO DIALÉTICO de Herculano Pires, Edições A Fagulha, 1971; ESPIRITISMO E MARXISMO de Jacob Holzmann Netto, Edições A Fagulha, 1970. Infelizmente, todas essas obras estão esgotadas.
- (13) Segundo consta, Luciano dos Anjos é o "subject" L.A., citado por Hermínio C. Miranda no artigo "Regressão de Memória", publicado no REFORMADOR de agosto de 1972. Magnetizado pelo próprio Hermínio, L.A. afirmou ter sido o famoso revolucionário francês numa de suas reencarnações passadas.
- (14) ESPIRITISMO E UNIFICAÇÃO, abril de 1986.

7. A queda dos radicais

Vários segmentos do movimento reagiram às críticas de "O Atalho" (1), contudo a única reação que realmente preocupou a FEB veio das federativas sediadas no sul do país. Dentre outras divergências, essas entidades não gostaram do tom agressivo dos artigos e da idéia de acabar com as juventudes, proposta por Luciano dos Anjos e avalizada pelo presidente da Federação. Numa reunião ordinária do CFN, realizada em 04.05.74, o presidente da USE, Luiz Monteiro de Barros, fez uma extensa preleção contra o manifesto febian (2). Meses depois, o Conselho da 4ª Zona, que incluía os estados da Guanabara, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, em sua reunião de 01.11.74, tomou posição contrária a da FEB, defendendo a manutenção dos departamentos de juventude.

Resumidamente, o Conselho concluiu o seguinte: a) manter as juventudes existentes; b) incentivar a criação de novas mocidades; c) apoiar as confraternizações de jovens; d) aprimorar os programas de estudo das juventudes; e) estimular a integração dos jovens nos

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

centros e nos órgãos unificacionistas (3). A decisão da 4ª Zona caiu como uma bomba na FEB, ocasionando mais uma crise na Instituição. Vários diretores e membros do Conselho Superior começaram a questionar o poder, a representatividade e o acerto das idéias de Luciano dos Anjos. Francisco Thiesen era o líder desse grupo. Esse fato surpreendeu muita gente, pois Thiesen, no início, apoiava as teses de Luciano, tendo até sugerido transformar a série "O Atalho" num livreto, subscrito por todos os diretores da Federação. Até hoje, Luciano acusa Thiesen de ter se aproveitado da situação para tomar o poder dentro da FEB. No entanto, preferimos acreditar que Thiesen percebeu o erro que estava cometendo, apoiando idéias que dificultavam ainda mais a frágil unificação do movimento espírita nacional. Como é natural em situações dessa natureza, o grupo dissidente fez várias reuniões, estudando soluções para a crise.

Tomando conhecimento dessas articulações, Armando Assis convocou uma reunião do Conselho Superior da FEB, com a intenção de pedir a exoneração dos revoltosos. Essa reunião se deu no dia 25.01.75, num clima extremamente tenso. Depois da abertura oficial do encontro, Francisco Thiesen assumiu o ataque, fazendo uma série de críticas ao comportamento e à atuação de Luciano dentro da Federação. Assumindo a palavra, o sobrinho de Augusto dos Anjos, fez sua defesa e pediu demissão do cargo que ocupava. Particularmente, acreditamos que Luciano esperava que os membros do Conselho viessem em seu socorro, evitando sua saída e voltando-se contra Thiesen. Aconteceu exatamente o contrário. O Conselho Superior respirou aliviado, aceitou o pedido de Luciano e manifestou solidariedade apenas ao presidente Armando Assis, que acabou desistindo do confronto. Desses fatos não existem registros oficiais, pois o confrade Arthur do Nascimento rasgou a ata da reunião, com a concordância de todos os presentes.

Vejamos o que diz Luciano dos Anjos, a respeito da sua queda: "O mínimo que aconteceu foi uma cega reação às minhas idéias, as quais, tendo o respaldo público do presidente da FEB, por isso mesmo atraiu para ele também as iras dos sonhadores do poder e do mando atrabiliário. O que houve, então, o próprio Armando de Oliveira Assis classificou, muito apropriadamente, de uma "quartelada". E nela não faltou sequer a participação de bisonho general de pijama, exibindo essa qualidade com estardalhaço e irritação, à saída de uma das reuniões do Grupo Ismael. Na disputa impudente por aquele poder e por aquele mando, preferi o retraimento mais honroso e mais cristão. Armando de Oliveira Assis, o presidente, e Abelardo Idalgo Magalhães, o vice-presidente, estavam igualmente conscientes de suas responsabilidades e não quiseram mais candidatar-se a nenhum cargo" (4).

Mesmo fora da diretoria, Luciano continuou a assessorar Assis. A idéia dos dois era continuar resistindo, a fim de levar adiante a plataforma de "O Atalho". Tanto é assim, que Armando ainda conseguiu criticar a decisão da 4ª Zona, no sentido de apoiar as juventudes espíritas (5). Contudo, o crescimento político de Thiesen acabou deixando o presidente completamente isolado. Desconhecendo a situação interna da FEB, as federativas estaduais se preparavam para a batalha que ia ser travada na reunião do Conselho Federativo Nacional, programada para abril daquele ano. A luta seria entre as casas que apoiavam o fim das mocidades, a curto ou em longo prazo, e as entidades que eram terminantemente contrárias a essa medida (6).

No entanto, esse confronto acabou não acontecendo, pois Armando Assis, vigiado de perto por Thiesen (7), acabou dando o dito pelo não dito, ao afirmar que a FEB combatia os

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

departamentos estanques e não os departamentos que tivessem seus jovens integrados nas demais atividades do centro - o que era uma grande inverdade. Como conseqüências disso, as federativas que apoiavam o movimento jovem conseguiram aprovar as seguintes conclusões, firmadas no documento final do encontro: a) manter as mocidades e juventudes existentes; b) continuar incentivando a criação de novas mocidades ou juventudes, sob a forma de departamentos, coordenadoria ou congêneres, sem denominação e diretoria própria (8).

Apesar dos pesares, mais uma vez a unificação foi preservada. Depois dessa fragorosa derrota, Assis pensou em renunciar, mas foi convencido a permanecer no cargo, a fim de não causar escândalos que pudessem favorecer os críticos da Federação. Enquanto isso, Thiesen foi articulando sua chapa, visando à eleição da nova diretoria, que deveria realizar-se no dia 16 de agosto de 1975. Chegando o dia da votação, Armando não se candidatou à reeleição e Francisco Thiesen foi alçado à presidência da casa por unanimidade de votos. Logo depois, Armando Assis, Luciano dos Anjos e Abelardo Idalgo foram afastados do Grupo Ismael e nunca mais pisaram na FEB. Luciano, porém, não colheu só tempestades. A parte aproveitável de "O Atalho" acabou sendo absorvida por todo o movimento, em doses homeopáticas. Quem pode negar que ele tinha razão na questão dos livros, das práticas ritualísticas da burocracia, do assistencialismo, etc., etc., etc. (9)?

Notas:

(1) Com menor ou maior razão.

(2) REFORMADOR, julho de 1974.

(3) REFORMADOR, março de 1975. Nessa época o Estado da Guanabara era a atual Cidade do Rio de Janeiro.

(4) OBREIROS DO BEM, outubro/novembro de 1979. O "general de pijama" era o confrade Luiz de Oliveira, membro do Conselho Superior da casa.

(5) REFORMADOR, março de 1975. Junto com as conclusões da reunião, saiu uma nota e um comunicado oficial, dizendo que a FEB defendia posição diametralmente oposta.

(6) REFORMADOR, junho de 1975. A posição das federações estaduais era, mais ou menos, a seguinte: a) a favor da extinção imediata das juventudes – Distrito Federal, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe; b) a favor da extinção gradativa - Alagoas; c) a favor da manutenção - Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo; d) posição indefinida - Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Pará. Como se vê, as federativas do sul conseguiram o apoio de algumas instituições de outras regiões.

(7) Na foto da mesa diretora da reunião, Thiesen aparece bem ao lado de Assis, o que nunca tinha acontecido antes. Ver REFORMADOR, junho de 1975, p.7.

(8) REFORMADOR, junho de 1975.

(9) Sobre esses acontecimentos, Luciano concedeu-nos uma longa entrevista, gravada em fita. Francisco Thiesen, ao contrário, preferiu o silêncio, negando-se a prestar-nos sua visão dos fatos.

8. A administração Thiesen

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

O marco na nova política febianiana foi a reabertura do seu Departamento de Infância e Juventude (1). Era o início da mais liberal administração da FEB, desde Leopoldo Cirne. Os principais avanços da Federação nesse período foram os seguintes:

- Comparecimento ao VI Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas (2).
- Visita ao Instituto de Cultura Espírita do Brasil (3).
- Realização do I Encontro Nacional sobre Evangelização Espírita Infanto-Juvenil (4).
- Aproximação com Deolindo Amorim (5).
- Intercâmbio com as Instituições espíritas estrangeiras (6).
- Pronunciamento desvinculando o Espiritismo da Umbanda (7).
- Lançamento da Campanha Nacional de Evangelização Espírita Infanto-Juvenil (8).
- Patrocínio do VII Congresso Brasileiro de Jornalistas e Escritores Espíritas, em conjunto com a recém-fundada ABRAJEE (9).
- Criação de um quadro especial no CFN, para agrupar as entidades especializadas de âmbito nacional (10).
- Participação nos encontros da CEPA - Confederação Espírita Pan-americana (11).
- Eleição de elementos mais liberais para a diretoria (12).
- Lançamento da campanha de Estudo Sistematizado da Doutrina (13).
- Apresentação de sugestões à Assembléia Nacional Constituinte (14).
- Realização do Congresso Espírita Internacional (15).

Além disso, o sucessor de Assis valorizou um pouco mais o CFN, liberou o uso de cartazes, incentivou apresentações artísticas e manteve sob controle a ala conservadora da casa. Pode parecer pouco, mas se lembrarmos que a FEB sempre teve ojeriza a intelectuais, congressos, cursos, política e etc., veremos que Francisco Thiesen é um revolucionário para os padrões da chamada Casa-Máter.

Todavia, nem tudo são flores na administração Thiesen. A divulgação da obra de J.B. Roustaing, por exemplo, continuou de vento em popa, embora sua estratégia tenha sido modificada. Ao invés da agressividade de Luciano dos Anjos, o atual presidente prefere a cooptação amistosa. A tática é divulgar Os Quatro Evangelhos de maneira subliminar, aproveitando o clima de fraternidade existente em alguns setores, satisfeitos com a abertura da Federação, diminuindo assim a aversão pelo trabalho do "bastonário de Bordéus".

No plano editorial, esse estratagema foi consubstanciado pela publicação dos seguintes livros:

- Allan Kardec - Pesquisa Biográfica e Ensaio de Interpretação, de Francisco Thiesen e Zêus Wantuil, em 1979 (16).
- Universo e Vida, de Áureo e Hernani T. Sant'Anna, em 1980 (17).
- Espiritismo Básico, de Pedro Franco Barbosa, em 1986 (18).
- Testemunhos de Chico Xavier, de Suely C. Schubert, em 1986 (19).

Dando apoio logístico a esses lançamentos, foi tirada a sexta edição da obra do advogado bordelense, com nova e vistosa capa. No Reformador, a propaganda roustainguista foi entregue a elementos do segundo escalão, para não desgastar a imagem da alta cúpula febeana (20).

Em 1978, a defesa do caráter laico do Espiritismo voltou à baila, desta vez pelas mãos do jornal Espiritismo e Unificação, órgão oficial da UMES - União Municipal Espírita de Santos. Como já vimos, essa idéia empolgou alguns setores do movimento em três oportunidades

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

distintas: de 1881 a 1897, com os científicos; de 1969 até 1973, com o Movimento Universitário Espírita; de 1978 em diante, com o apelidado "grupo de Santos", que eu prefiro chamar de não-religioso (21).

Na época, os não-religiosos dominavam a UMES e defendiam a laicidade da Doutrina no bojo de uma campanha informal, denominada de "espiritização" do movimento que, dentre outras coisas, combatiam: 1) a transformação do Espiritismo em apêndice do Cristianismo; 2) o culto às personalidades de Jesus e Maria de Nazaré; 3) a crença de que o Espiritismo possui um aspecto religioso; 4) a concepção do centro espírita como um templo; 5) a excessiva pregação de cunho evangélico; 6) o uso de expressões estranhas ao corpo semântico do Espiritismo, como evangelização, mediunidade com Jesus e culto evangélico no lar. 7) a "igrejificação" do movimento, com a adoção de uma estrutura hierárquica formal; 8) a excessiva produção literária de origem mediúnica; 9) a supervalorização da culpa e da dor; 10) a prática da mediunidade fora dos métodos kardequianos; 11) a dogmatização da revelação mediúnica; 12) o comportamento místico e salvacionista dos espíritas; 13) a indiferença dos espíritas pelos problemas políticos, econômicos e sociais da humanidade; 14) a utilização de símbolos e rituais; 15) a defesa de uma moral farisaica e ultrapassada; 16) a utilização da terapêutica espírita de maneira sensacionalista (22); Mais uma vez, diferentes tendências do movimento se uniram para combater um inimigo comum. Como era de se esperar, a FEB rechaçou todo o projeto e a maioria dos confrades independentes não aceitou a contestação do tríplice aspecto da Doutrina. A quantidade de artigos na imprensa contra os não-religiosos foi enorme.

Como no caso da série O Atalho, as divergências falaram mais alto que as convergências.

Em 1986, eles concorreram à presidência da USE com a chapa Unificação e perderam para o Tríplice Aspecto, que contava com a simpatia da Federação. No ano seguinte, em decorrência da forte pressão de um grupo minoritário, os não religiosos decidiram renunciar à direção da UMES, para a qual tinham sido reeleitos por expressiva margem de votos, e fundaram um novo jornal e uma nova editora, para continuarem a divulgar suas idéias (23).

Além da UMES, duas federações estaduais andaram dando dor de cabeça a Thiesen. A primeira delas foi a Federação Espírita do Estado do Espírito Santo que, em 1982, sob a direção de Gélío Lacerda, apresentou uma proposta ao Conselho Federativo Nacional, no sentido de transformá-lo em confederação (24).

Se não bastasse isso, a FEEES enviou, em 1986, uma circular ao movimento acusando a FEB de fazer propaganda roustanguista em seus programas de evangelização. A saudável rebeldia da federativa capixaba, porém, durou pouco. Naquele mesmo ano, Gélío foi substituído por Alcino Pereira que, desde então, vem fazendo uma política extremamente conciliadora.

A outra casa que tentou quebrar a mesmice do sistema federativo nacional foi a Federação Espírita do Rio Grande do Sul. Também em 1986, a FERGS, sob o comando de Salomão Jacob Benchaya, lançou o Projeto Kardequizar, que encampava diversas propostas da campanha pela "espiritização" do movimento.

As conseqüências não se fizeram esperar. Na reunião da Comissão da 5ª Região (25), realizada em abril, Francisco Thiesen criticou o nome do projeto, dizendo que o uso do verbo "kardequizar" era indevido, pois Kardec não tinha criado uma escola pessoal (26).

Benchaya aceitou as ponderações de Thiesen, mudou o nome do programa para

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

Desvios Doutrinários, mas de nada adiantou. Em novembro, na reunião do CFN, Thiesen voltou a criticar as posições da federação gaúcha (27).

No ano seguinte, Benchaya perdeu as eleições na FERGS para Hélio Burmeister. Quanto aos chamados movimentos paralelos (atividades não integradas no esquema federativo), Thiesen teve um comportamento contraditório, pois enquanto criou um quadro especial no Conselho para agrupar as grandes instituições paralelas, continuou a combater os grupos menores, como a Concafras - Confraternização de Campanhas Auta de Souza, Cafelma – Caravana da Fraternidade Leopoldo Machado, Ensasde – Encontro Nacional sobre o Aspecto Social da Doutrina Espírita e outros (28).

Notas:

- (1) REFORMADOR, fevereiro de 1976.
- (2) REFORMADOR, junho 1976.
- (3) REFORMADOR, agosto 1976.
- (4) REFORMADOR, setembro 1976.
- (5) Deolindo foi convidado a fazer algumas palestras na Avenida Passos e teve esparsos artigos publicados no mensário febiano. Ver REFORMADOR, novembro 1976, abril 1979 e dezembro 1980.
- (6) Ver REFORMADOR, a partir de julho 1977.
- (7) REFORMADOR, fevereiro, maio e agosto 1978.
- (8) REFORMADOR, outubro 1978.
- (9) REFORMADOR, janeiro 1980.
- (10) REFORMADOR, novembro 1981, dezembro 1982 e junho 1984. A Cruzada dos Militares Espíritas se filiou a esse quadro em 1987. A Associação Brasileira de Jornalistas e Escritores Espíritas e o Instituto de Cultura Espírita do Brasil se juntaram à Cruzada em 1988. Espero que essas duas instituições dêem mais dinamismo às reuniões do Conselho. (11) REFORMADOR, julho 1982, janeiro 1985 e novembro 1987.
- (12) Dentre eles, Altivo Ferreira, Cecília Rocha e Nestor Masotti.
- (13) REFORMADOR, janeiro 1984.
- (14) REFORMADOR, setembro 1986.
- (15) REFORMADOR, junho 1986.
- (16) Infelizmente muitos companheiros respeitáveis elogiaram essa obra, sem perceberem que os autores se aproveitaram da figura do codificador para exaltar Roustaing.
- (17) Esse livro foi arrasado por Hermínio C. Miranda, em excelente crítica publicada no JORNAL ESPÍRITA de outubro daquele ano. Esse artigo acabou ocasionando a saída de Hermínio da Federação.
- (18) A 1ª Edição desse livro foi publicada pelo Centro Brasileiro de Espiritismo, Homeopatia e Obras Sociais em 1976. Antônio Espeschit demonstrou que Pedro Franco foi muito mais complacente com Roustaing na edição febiana, deixando subentendido que o autor sofreu pressões por parte da editora, Franco se defendeu, afirmando que as modificações já tinham sido feitas, antes que a FEB manifestasse desejo de publicar a obra. De uma forma ou de outra, o livro serviu aos interesses da chamada Casa- Mãe.
- (19) Essa obra procura provar que o médium Chico Xavier é roustaingista.

História do Espiritismo no Brasil

Autor: Mauro Quintella

- (20) Dentre os quais, José Dias Innocêncio, Iaponan Albuquerque da Silva e Inaldo Lacerda Lima.
- (21) Fazem parte desse grupo os confrades Jaci Régis, Eugênio Lara, Ciro Pirondi, José Rodrigues, Krishnamurti C. Dias, Roberto Rufo, Ney Albach, Saulo Albach, Mauro Spíndola, Egydio Régis, Henrique Diegues e outros. A expressão "grupo de Santos" dá um caráter muito regional ao fenômeno, que não corresponde à verdade.
- (22) As teses da campanha foram defendidas de maneira difusa pelo jornal ESPIRITISMO E UNIFICAÇÃO, a partir de 1978. Particularmente discordo de poucas coisas.
- (23) ABERTURA e LICESPE - Livraria Cultural Espírita Ltda.
- (24) REFORMADOR, dezembro 1982.
- (25) As Comissões Regionais substituíram os antigos Conselhos Zonais, a partir de novembro de 1985.
- (26) REFORMADOR, junho 1986. ESPIRITISMO E UNIFICAÇÃO, junho 1986.
- (27) REFORMADOR, abril 1987.
- (28) REFORMADOR, novembro 1985. Sobre esse assunto, Sérgio Lourenço escreveu um brilhante artigo em O CLARIM de maio de 1988.

BIBLIOGRAFIA

- TORTEROLI, UM NOME QUASE ESQUECIDO - Mauro Quintella, JORNAL ESPÍRITA, setembro de 1985.
- ESBOÇO HISTÓRICO DA FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA - Editora da FEB.
- BEZERRA DE MENEZES - Canuto Abreu, FEESP.
- REFORMADOR – Ed. do Século XIX existentes na BIBLIOTECA NACIONAL, Rio de Janeiro.
- A POSIÇÃO ZERO - INTRODUÇÃO HISTÓRICA E DIALÉTICA A ROUSTAING - série de artigos de Luciano dos Anjos, publicada no jornal OBREIROS DO BEM do Rio de Janeiro, em 1979.

Para contatos com o Autor:

Mauro Quintella - Email: quintella@tba.com.br

SQN 416 Bloco B, ap. 306

CEP 70879

Brasília, DF